

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE O GAÚCHO EM TEMPOS DE CENSURA
(1964-1969): UM CASO DA IMPRENSA ESCRITA NO RIO GRANDE DO SUL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

GEORGE UILIAN MONTEIRO

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE O GAÚCHO EM TEMPOS DE CENSURA
(1964-1969): UM CASO DA IMPRENSA ESCRITA NO RIO GRANDE DO SUL**

George Uilian Monteiro

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras

Orientadora: Prof.^a Dr. Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Monteiro, George Uilian

PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE O GAÚCHO EM TEMPOS DE
CENSURA (1964-1969): UM CASO DA IMPRENSA ESCRITA NO RIO
GRANDE DO SUL / George Uilian Monteiro.-2015.

99 p. ; 30cm

Orientadora: Verli Fátima Petri da Silveira

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2015

1. Discurso Jornalístico 2. Ditadura 3. Rio Grande do
Sul 4. Sujeito Gaúcho I. Petri da Silveira, Verli Fátima
II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE O GAÚCHO EM TEMPOS DE CENSURA
(1964 – 1969): UM CASO DA IMPRENSA ESCRITA NO RIO GRANDE DO SUL**

elaborada por
George Uilian Monteiro

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:



Verli Fátima Petri da Silveira, Dr.
(Presidente/Orientadora)



José Simão da Silva Sobrinho, Dr. (UFU – Uberlândia-MG)



Amanda Scherer, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 11 de maio de 2015.

*Dedico este trabalho ao amigo Cléo Adriano Sabadi Bonotto (In
Memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof^a. Dr. Verli Petri, minha orientadora, pelos ensinamentos, pelo apoio e leituras compartilhadas nesses dois anos de trabalho;

à Prof^a. Dr. Amanda Scherer, pelos ensinamentos e pela leitura no exame de qualificação

às Prof^{as}. Drs. Eliana Sturza e Graziela Lucci de Ângelo, pelos ensinamentos e contribuições no desenvolvimento deste trabalho;

aos colegas do Laboratório Corpus e do Grupo de Estudos Michel Pêcheux, pelas constantes e importantes discussões teóricas;

à colega Natieli, em especial, pela parceria nas viagens e eventos;

aos colegas do Laboratório Entrelínguas, pelos momentos compartilhados no desafio de se pensar a própria língua como estrangeira;

ao Jandir pelo trabalho realizado junto à Coordenação do PPGL;

ao Museu Hipólito José da Costa, por disponibilizar o acesso ao acervo de imprensa;

à Letícia, minha companheira em todos os momentos;

aos meus pais, José Jorge Murari Monteiro e Zoila Solange Monteiro, pela vida, pela luta.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE O GAÚCHO EM TEMPOS DE CENSURA (1964-1969): UM CASO DA IMPRENSA ESCRITA NO RIO GRANDE DO SUL

AUTOR: GEORGE UILIAN MONTEIRO
ORIENTADORA: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA
Local e Data da Defesa: Santa Maria, 11 de maio de 2015.

Buscamos, nesta dissertação, compreender o funcionamento do discurso *sobre* o gaúcho na imprensa em tempos de censura. Da perspectiva da Análise de Discurso, iniciada nos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de intelectuais em torno de Michel Pêcheux, na França, nosso estudo situa-se nos entremeios das bases constituídas além da relação mito/não-mito. As práticas do discurso jornalístico colaboram para a constituição de um efeito de estabilização dos sentidos sobre o gaúcho, na construção de referenciais para o processo de identificação desse sujeito. Tal efeito de estabilização permite nossa observação na interdição da inscrição do sujeito em determinadas formações discursivas em funcionamento desde a fundação do jornal (*Zero Hora*), em 1964, ano em que, no Brasil, via golpe de Estado, uma ditadura militar é instaurada. Efetuamos nossos recortes considerando cronologicamente o período que vai de 1964, ano do golpe, até 1969, primeiro ano após a instauração do ato institucional número 5 (ato institucional que ampliava e auxiliava os 'modelos' de repressão e tortura), salientando, porém, que essa linearidade não se aplica ao movimento dos sentidos. Tomando os processos discursivos como heterogêneos, realizamos um movimento que busca identificar pressupostos estabilizados no discurso jornalístico *sobre* o gaúcho, e, principalmente, desconstruir as evidências colocadas em circulação após o golpe de 64. A partir da análise dos recortes discursivos, na identificação das diferentes posições-sujeito que encontramos no 'textualizar' do discurso jornalístico, pudemos explicitar o funcionamento da ideologia nesse processo de significação. Dessa forma, ao atuar em um efeito de institucionalização dos sentidos, observamos que a imprensa colabora na manutenção de uma determinada ordem: a da imposição do mito do gaúcho, gaúcho

como sul rio-grandense, fechado em suas fronteiras e, com isso, também em seu sentido.

Palavras-chave: Discurso jornalístico; Ditadura; Rio Grande do Sul; Sujeito Gaúcho.

ABSTRACT

Master's thesis
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

DISCOURSIIVE PRACTICES ON THE GAÚCHO IN TIMES OF CENSORSHIP (1964-1969): A CASE OF THE PRESS WRITTEN IN RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: GEORGE UILIAN MONTEIRO
ADVISOR: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA
Local and Date of Defense: Santa Maria, 11 de maio de 2015.

We aim, in this thesis, understand the operation of the discourse on the gaúcho at the press in times of censorship. From the perspective of Discourse Analysis, initiated in the works developed by the group of intellectuals around Michel Pêcheux, in France, our work takes place in-between the bases made, beyond the relationship myth and non-myth. The practices of journalistic discourse collaborate to form a stabilizing effect of the senses on the gaúcho, the construction of references to this identification process. Such stabilizing effect allows our observation on the prohibition of registration of the subject in certain discursive formations in operation since the newspaper foundation (Zero Hora) in 1964. We have performed our cutouts considering chronologically (straightness which does not apply to the movement of the senses) the period from 1964, the year of the coup, until 1969, the first year after the establishment of Institutional Act Number 5 (Institutional Act that extended and helped the 'models' of repression and torture). Taking the discursive processes as heterogeneous, we made a movement that aims to identify the assumptions stabilized in the journalistic discourse on the gaúcho, and, mainly, to deconstruct the evidences put into circulation after the coup of 64. From the analysis of the discursive excerpts - the identification of different subject positions we find in the 'textualizing' of journalistic discourse - we could make explicit the operation of ideology in this process of signification. Acting on an institutionalization effect of the senses, the press collaborates in maintaining a certain order: the imposition of the gaúcho's myth, gaúcho as sul rio-grandense, closed in its borders and, with it, in its meaning.

Keywords: Journalistic Discourse; Dictatorship; Rio Grande do Sul; Gaúcho Subject.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 “ZH Documenta Torturas Contra Presos” <i>Zero Hora</i> , 23 de Setembro de 1964.....	29
Figura 2 “Quatro Anos de Progresso (Editorial)” <i>Zero Hora</i> , 04 de maio de 1968.....	47
Figura 3 “Evocação de Heróis na Semana Farroupilha” <i>Zero Hora</i> , 12 de Setembro de 1964.....	64
Figura 4 “Começou ‘Semana Farroupilha’”, <i>Zero Hora</i> , 14 de Setembro de 1964	64
Figura 5 “Definição do Gaúcho” (José Fernando Carneiro), <i>Zero Hora</i> , 20 de Setembro de 1967.....	74
Figura 6 “Assim é o Rio Grande (Athos de Vasconcelos)”, <i>Zero Hora</i> , 20 de Setembro de 1969.....	78
Figura 7 “Pôrto Alegre e o Laçador (Paulo Amorim)”, <i>Zero Hora</i> , 13 de Setembro de 1969.....	80

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS E APRESENTAÇÃO DO TEMA	11
PARTE I: DISPOSITIVO TEÓRICO E METODOLÓGICO	21
1 Análise de Discurso: disciplina de entremeio	22
2 Discurso e língua.....	26
2.1 <i>Discurso, sujeito e ideologia</i>	33
PARTE II: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE	38
1 Elementos históricos sobre o gaúcho.....	39
2 Imprensa, 'gauchismo' e regime autoritário: os 'CTG's e os 'cães de guarda'46	
2.1 <i>A 'modernização' e o gaúcho: os cascos dos centauros deslizam no asfalto.</i>	
2.1.1 <i>Sobre como o gaúcho instaura uma relação litigiosa</i>	51
PARTE III: ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE O GAÚCHO 56	
1 Instituinto nosso corpus de pesquisa: Do referencial teórico ao dispositivo analítico	57
2 Construindo as análises	62
2.1 <i>Constituição das práticas discursivas sobre o gaúcho em tempos de censura</i>	62
2.2 Entre uma 'Revolução Farroupilha' e uma 'Revolução (?) 'em' 1964'	63
2.3 <i>"Evocação de Heróis na Semana Farroupilha"</i>	65

2.4 “Onde’ os costumes do gaúcho são lembrados”	67
2.5 “A mais extraordinária das revoluções de nosso amado Rio Grande”	69
2.6 “ <i>Rio Grande, Primo Pobre</i> ”	72
2.7 “Refiro-me, é claro, ao gaúcho tradicional”	73
2.8 “As diversas implicações do folclore e das tradições gaúchas na economia e indústria do Estado” (ou nas forças produtivas)	78
2.9 “Toda uma estrutura de comportamento teve que ser refeita”	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
ANEXOS	95

INTRODUÇÃO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS E APRESENTAÇÃO DO TEMA

[...]

- *Ma sí, vengan – aflojaba Patricio -, mis reparos eran de orden disciplinario, no te olvides que llevo quince años en este país y eso marca, compadre. Son argentinos – le explico a Fernando que ya se había dado cuenta por sí mismo -. Conviene que se amenen, como decimos en Francia, porque seguro que Marcos tiene noticias frescas de Grenoble y de Marsella donde anoche hubo una de palos entre los gauchistas y la poli.*

- *¿Los gavchistas? – preguntó Fernando que tenía problemas de paladar -. ¿Hay gavchos en Marsella?*

- *Vos comprendés que traducir gauchistas por izquierdistas no te daría la idea precisa, porque en tu país y en el mío eso significa una cosa más bien distinta.*

- *Le vas a armar un lío – dijo Susana -. A mí no me parece que haya tanta diferencia, lo que pasa es que a vos la palabra izquierdista se te ha puesto como un mate lavado por culpa de tus mocedades en la Casa del Pueblo y esas cosas, y ya que estamos tomate éste recién cebado.*

- *Tenés razón – dijo Patricio meditando con la bombilla en la boca como Martín Fierro en circunstancias parecidas -. Izquierdista o peronista o lo que venga no quiere decir nada muy claro desde hace unos años, pero ya que estamos traducile al muchacho aquí esa otra noticia de la misma página.*

(CORTÁZAR, *Libro de Manuel*, [1973] 2012, p.23)

Na difícil tarefa de começar - já que só podemos dizer pelo que já foi dito, desconforto que se coloca pelo lugar teórico que assumimos, onde sabemos que o sujeito não é a fonte/origem do seu dizer -, vamos pontuar, a partir de algumas reflexões, efeitos de nossa epígrafe: o romancista Julio Cortázar explora as fronteiras de sua obra *Libro de Manuel* ao ponto de fazer “explodir” os formalismos. O autor apresenta uma nota inicial onde afirma que “los propugnadores de la realidad en la literatura lo van a encontrar más bien fantástico mientras que los encaramados en la literatura de ficción deplorarán su deliberado contubérnio con la historia de nuestros días”¹ (CORTÁZAR, 1973, p. 9). Cortázar, que escrevia a obra

¹ “[...]os defensores da realidade na literatura vão achá-lo um pouco fantástico enquanto os entusiastas da literatura de ficção deplorarão sua aliança deliberada com a história de nossos dias” (Todas as versões-traduições da obra de Cortázar são de Olga Savary: Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1984.).

em questão na Paris do período de 1969 a 1972 - um contexto que nos é muito caro, por motivos a serem explicitados na sequência -, instaura questões interessantes para o nosso estudo, nosso trabalhar o movimento dos sentidos. É necessário explorar mais largamente nossa epígrafe inicial, cedendo espaço ao trocadilho significante: *le gauche*, *el gaúcho*, o gaúcho. O escritor, argentino, e os personagens da obra, latino-americanos, a viver(em) na França e a ler(em) os jornais franceses e latino-americanos – o autor insere os recortes na forma de *fac-símiles* - em circulação no mesmo momento em que a obra está sendo escrita; o mate, elemento simbólico, a fazer parte do cotidiano dos personagens, como um “ritual que une” os latino-americanos a refletirem (à distância) sobre o momento de “suas” pátrias; além do mate, há a língua, a espanhola: nem todos os personagens “sabem” a língua francesa, sendo que aqueles que o sabem traduzem aos demais as notícias. Daí o efeito produzido, o estranhamento do personagem Fernando quando exposto aos “gauchistas”: O contexto semântico da palavra gaúcho para os latino-americanos pode até estar normalizado no/pelo enfrentamento e nas/pelas lutas que se presentificam, atualizando uma memória; no entanto, não está naquela França, está projetado/enraizado/assentado em outro espaço e em outra conjuntura: o pampa//a pampa.

Assim, o efeito que a identificação pela literatura pode produzir – a “‘criação’ e a recriação pela leitura – correlativa da criação – encontram, também elas, sua origem naquilo que chamamos a ‘forma-sujeito’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 157). Por ora, e já indicando nossa filiação à Análise do Discurso, podemos colocar que a forma-sujeito está ligada ao efeito ideológico de evidência que faz “o mundo ter sentido” – saciando a necessidade de um mundo “semanticamente normal” (PÊCHEUX, [1983] 2012, p. 34) por parte dos sujeitos – na própria constituição dos sujeitos. Trata-se da *forma-sujeito* de Althusser, (re)pensada no campo da teoria do discurso por Pêcheux: “A ‘forma-sujeito’ [...] é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente de práticas sociais” (ALTHUSSER, [1972] 1978, p. 67). De maneira a não seguir uma “lógica linear”, em *Libro de Manuel* deparamo-nos com a movimentação de recortes da imprensa que desestabilizam as evidências dessas notícias, em um posicionamento que nos lembra a referência anti-positivista a Nietzsche, por Pêcheux (2012, p. 44): “todo fato já é uma interpretação”. Cortázar questiona a “*mass media*” em um “*postdata*” na nota introdutória da obra, apontando o demasiado espaço dado ao atentado nos jogos olímpicos de Munique e a não

presença do que acontecia na ditadura argentina: “No se oye, no se lee más que Munich, Munich. No hay lugar en sus canales, en sus columnas, en sus mensajes, para decir, entre tantas otras cosas, Trelew²” (CORTÁZAR, 2012, p. 11). Os periódicos a sobrecarregarem suas colunas com suas palavras de ordem, saturando com “seus” sentidos a sociedade onde estão inseridos. O *Libro de Manuel* acaba por ilustrar o confronto do simbólico com o político, e a “análise de discurso trabalha sobre relações de poder simbolizadas em uma sociedade dividida” (ORLANDI, 2012, p. 55).

Podemos partir para o nosso objeto de pesquisa. E se convidássemos os personagens de Cortázar a uma reflexão (d)entre outros recortes, em um outro espaço? Até aqui, temos *le gauche/el gaúcho*; perguntamo-nos, então: e o *gaúcho*? Diante disso, referimos que esta dissertação objetiva analisar a constituição das práticas discursivas *sobre* o gaúcho na imprensa³ em tempos de censura. O período delimitado tem como ponto inaugural o golpe civil-militar de 1964, momento em que se instaura o regime de exceção no Brasil, indo até 1969, quando do primeiro período após ter sido baixado o ato institucional número cinco, o AI-5, em dezembro de 1968. Além disso, podemos justificar essa nossa delimitação, a qual, nesse primeiro momento, se coloca como cronológica a partir das relações entre os acontecimentos de maio de 1968 em Paris e a constituição de uma “escola” de Análise do Discurso, tendo - como vamos explorar em seguida -, a publicação de *Análise Automática do Discurso*, em 1969, inaugurado um outro lugar para a reflexão sobre a relação língua- exterioridade. Entretanto, no que diz respeito ao período considerado, podemos afirmar que não temos a pretensão do todo, pois não ficamos presos a essa ordem cronológica linear. Nossa preocupação primeira é a de dar conta dos objetivos que o trabalho apresenta, de maneira que o recorte histórico não interfira nas escolhas que precisamos fazer, uma vez que a delimitação inicial possibilitou a constituição de um arquivo com mais de quatrocentos textos. Dentro disso, questionamo-nos, então: como delimitar o que virá a fazer parte de nosso *corpus*?

² “Não se ouve, não se lê mais que Munique, Munique. Não há lugar em seus canais, em suas colunas, em suas mensagens, para dizer, entre tantas outras coisas, Trelew”. Trelew é o nome da cidade argentina onde, em 22 de agosto de 1972, foram mortos 16 presos políticos após tentativa de fuga. O documentário *Trelew – La Fuga Que Fue Masacre* (2004), dirigido por Mariana Arruti ilustra o evento. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=9ZMlluyOgBA> Acesso em 12/02/2014.

³ Embora estejamos falando em imprensa num sentido geral, nosso estudo recai sobre um dos jornais impressos em circulação no estado do Rio Grande do Sul, considerado, via práticas sociais, um dos mais populares e influentes desde o referido período. Sobre ele discutiremos a partir da página 16.

Abordar a identidade, considerada enquanto processo de identificação, especificamente a identidade gaúcha, ou seja, o gaúcho, durante um período ditatorial - lembrando que os anos 1960 e 1970 marcam um processo de instauração de regimes de exceção em boa parte dos países da América Latina - exige tanto um levantamento de questões que potencialize a discussão sobre esse sujeito – que, pela história e na memória, sempre esteve envolvido nas lutas por esse território, pelo pampa gaúcho, na (de)limitação das fronteiras entre os Estados-nação em questão - , quanto o desenvolvimento de um dispositivo teórico-analítico que vise a compreender as diferentes maneiras de (se) dizer ou de não (se) dizer o gaúcho na imprensa daqueles anos. Essa discussão busca uma ruptura com a lógica daquelas evidências instituídas na relação mito/não-mito, considerando o contraditório, a impossibilidade do controle dos sentidos sobre o gaúcho, explicitando o como a circulação de algumas imagens de gaúcho – em detrimento de outras possíveis – deixa ver tomadas de posição na constituição do imaginário *sobre* gaúcho, uma vez que existem algumas imagens de gaúcho a serem (re)afirmadas no espaço do jornal. Em meio aos dizeres, ao repetitivo do período ditatorial, a saber, os subversivos, os terroristas, a ordem, o moderno, entre outras marcas que tanto se faziam presentes no discurso jornalístico, buscamos pensar as movimentações *sobre* o gaúcho quando desse intitulado (por quem?) “processo de modernização”.

O estudo desenvolve-se, como afirmamos anteriormente, a partir de nossa filiação à Análise de Discurso, através da constituição de um dispositivo teórico-analítico específico que permite a realização de um movimento de desestabilização - processo de (des)identificação -, em uma tomada de posição materialista. Tal ligação possibilita-nos o rompimento com as diferentes correntes de idealismos⁴ que se presentificam e produzem as “evidências”, as “transparências” da/na linguagem e do/no sentido. Ao analisar o discurso jornalístico *sobre* o gaúcho, nessa perspectiva, é preciso observar que a Análise do Discurso surge na França, sobretudo, nos trabalhos desenvolvidos por Michel Pêcheux - que buscava pensar o discurso político - e tem seu desenvolvimento no Brasil, principalmente, a partir da obra de Eni Puccinelli Orlandi. Salientamos que esse momento histórico traz a singularidade de ser o ponto em comum entre o início do desenvolvimento desse aporte teórico e

⁴ A palavra idealismo possui diferentes concepções, dependendo do movimento filosófico. No caso presente, estamos nos referindo a uma “atitude que consiste em subordinar o pensamento e a conduta a um ideal” (HOUAISS, 2007).

parte daquele que serve como ponto de delimitação para constituição do nosso *corpus* de pesquisa.

Em nosso trabalho, que se propõe a explorar/explicitar as movimentações do/no discurso jornalístico - não confundindo “nossos objetos de análise e o nosso objeto teórico que continua sendo sempre o discurso” (ORLANDI, 2012, p. 50) -, estamos pensando questões referentes ao político/à política, visto que o trabalhar o discursivo, (n)os processos discursivos, é observar as relações tensas entre língua, sujeito e história, é olhar para uma língua capaz de equívocos e é também considerar um sujeito que não é o centro do seu dizer, assim compreendido pela teoria não-subjetiva do sujeito e por uma história que funciona na e pela contradição. Paul Henry ([1977] 2013, p. 19), ao explorar a problemática da contradição na constituição das ciências – no caso, da Linguística - observa que o paradoxo instaurado pelo fato de a contradição poder estar operando, ainda que não possa ser observável, deixa ver “o lugar que ocupam as ideologias no processo de produção dos conhecimentos”. Para o estudioso/teórico francês, tomando como exemplo a teoria chomskiana, algumas teorias apresentam uma modalidade de apropriação da contradição entre objeto real e objeto de conhecimento “que tem por característica desconhecer seu objeto (a contradição) substituindo-o por outro”, sendo essa tendência “um apelo a evidências e representações ideológicas: evidência do sentido, evidência da individualidade do sujeito enquanto unidade de uma interioridade singular e de sua universalidade” (HENRY, 2013, p. 21-22). Não se trata aqui de pensar o político como o que tem o seu lugar em uma concepção burguesa da política, aquela que só funciona no seu “campo”, sob sua “tutela”, quando “obrigada a “fazer política”” (nas palavras de Pêcheux ([1975] 2009, p. 112), mas como o constitutivo dos processos discursivos. Defendemos, portanto, da mesma maneira como coloca Eni Orlandi (2001, p. 36), que a “teoria ⁵ política. E a análise de discurso que se filia à M. Pêcheux ‘sabe’ disso”. Essa ruptura com os idealismos instaura a inquietação da incompletude, da não totalidade, do inacabado. Com base nisso, realiza(re)mos um gesto de leitura, ou seja, um trabalhar a constituição dos sentidos presentes no imaginário *sobre* o gaúcho, movimentados pela imprensa em tempos de censura, considerando que outros sentidos possíveis, “historicamente viáveis foram politicamente interditados” (ORLANDI, 2010, p.63).

⁵ Grifo nosso.

Nosso *corpus* é constituído a partir de *recortes* efetuados em jornais que circularam no estado do Rio Grande do Sul durante o período delimitado (1964-1969), sendo considerado para nosso trabalho o Zero Hora, jornal fundado no mesmo ano do golpe, o qual, como vamos explorar-explicitar, mantinha relações com os representantes do poder do regime então instaurado. Para isso, consideramos a imprensa como

constituída por uma ‘norma identificadora’, resultado da aplicação da lei, mas, ao mesmo tempo, esse discurso jurídico-político se apaga na história da imprensa, como se fosse evidente que os jornais só são veículos de comunicação. Os rituais jornalísticos, designados como devem ser, de acordo com a Lei, acabam sendo representados sob a evidência de que são unicamente e sempre assim. (MARIANI, 1996, p.84, grifos da autora)

Diante disso, trazemos/cabe a seguinte reflexão/o seguinte questionamento: se o espaço jornalístico buscava (re)afirmar algumas imagens de gaúcho - considerando imagem *enquanto* discurso⁶ -, em detrimento de outras possíveis, que imagens seriam essas? Em um primeiro momento, nosso trabalho ocupa-se em indicar uma regularidade discursiva, ou seja, as repetições, os excessos e as faltas, presentes no discurso *sobre*⁷ o gaúcho, buscando passar do material linguístico para o “objeto discursivo” e, em seguida, “ao processo discursivo” (ORLANDI, 2001, p. 51), sendo que não prescindimos da possibilidade da inscrição do diferente no interior do mesmo quando da movimentação dos sentidos.

Ao considerarmos a imagem do mito, figura idealizada do gaúcho – aquela que exalta seus feitos ditos heroicos na defesa dos ideais republicanos, constituindo assim as coisas-a-saber -, como a que é reproduzida, reforçada no discurso jornalístico, no momento imediatamente pós-golpe de 64, podemos indicar um movimento pelo qual tal imagem institui a contradição, pois deixa ver os antagonismos de classe. A contradição instaura-se ao observarmos a imagem do gaúcho ideal, “centauro dos pampas”, como aquela dominante, e as fissuras, as falhas que se deixam ver nessa busca da afirmação no/pelo discurso jornalístico, já que a tentativa de afirmação dessa imagem, compreendida como o posicionamento do/pelo periódico, acaba por retomar, através da memória, os conflitos entre o Rio

⁶Segundo Orlandi (2010a, p. 11) “podemos considerar uma imagem um texto (ZEN, 2007), mas com sua materialidade diferente ela constitui um objeto simbólico, significante, diverso e que produz efeitos de sentido específicos a sua forma, e sua materialidade. Como tenho dito, há uma abertura do simbólico e as diferentes linguagens, as diferentes materialidades significantes atestam esta abertura pelas suas distintas formas de significar produzindo efeitos particulares”.

⁷ Orlandi (1990, p. 37) define essa “modalidade” como “uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos [...] lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos de)”.

Grande “de São Pedro do Sul” e o resto do país no século XIX, os eventos da chamada Revolução Farroupilha, em um momento, em uma conjuntura de exaltação do nacional (pós-1964) e do brasileiro - do gaúcho *brasileiro?* -, tão reafirmado no *slogan*, ou palavras de ordem, que ecoavam: “Brasil: ame-o ou deixe-o!”⁸. Essa imagem do centauro, segundo Petri (2004, p. 100), “se produz no interior de um grupo social bem específico [...] de nativos e de mestiços que habitavam a região fronteiriça do sul do Brasil entre os séculos XVII e XIX”.

A partir de nossa questão-problema de pesquisa - *Como se constituem as práticas discursivas sobre o gaúcho na imprensa em tempos de censura?* – objetivamos, então: (1) selecionar sequências discursivas dentre os recortes efetuados em nosso arquivo de pesquisa que possibilitem colocar em questão a interpretação *sobre* o gaúcho; (2) identificar as regularidades discursivas que deixem ver saberes advindos de diferentes formações discursivas que aparecem no discurso jornalístico no recorte histórico proposto; (3) a partir do que foi explicitado anteriormente, compreender os processos de produção de sentidos que geraram efeitos de uma política do silêncio. Nossa proposta de trabalho, nossa problemática, funda uma ligação entre a constituição de um tipo social, um sujeito – o gaúcho – que não é um sujeito unívoco, aliás, “pode-se dizer que o gaúcho não existe; existem, sim, os gaúchos” (REVERBEL, 1986, p. 48), e as diferentes formas que esse sujeito assume no imaginário daqueles que, no período delimitado, dizem do e também se dizem gaúchos.

Em relação às condições de produção do discurso, é necessário pontuar que a América Latina, além de ter em comum a figura/a imagem/o sujeito gaúcho, em relação ao período que nos propomos estudar, apresenta também a singularidade de ter em comum os regimes ditatoriais, as ditaduras, sendo que um dos efeitos que esses regimes de exceção produzem é a interdição da inscrição dos sujeitos em determinadas *formações discursivas*. Essa noção, reelaborada por Pêcheux para a teoria do discurso, aparece como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 147). É importante ressaltar que, para que possamos pensar as movimentações contraditórias constitutivas dos processos discursivos, precisamos considerar a ruptura com certa estabilização do conceito de formação discursiva. Pêcheux (1980

⁸ A partir de 1969, com a gestão de Médici (1969-1974), a ditadura passa a utilizar da publicidade para fazer circular seus dizeres.

[1977], p. 188), ao refletir sobre isso, aponta para a necessidade de “reequacionar aquilo que, em Foucault, governa o seu uso”, já que Foucault, apesar de ter desenvolvido inicialmente essa noção, vai ficar bloqueado “pela impossibilidade de pensar e de operacionalizar a categoria da contradição”.

Quando esses dizeres, que são possíveis historicamente, são interditados, esse fechamento acaba por afetar a relação dos sujeitos com os sentidos: “impede-se que o sujeito, na relação com o dizível, identifique-se com certas regiões do dizer pelas quais ele se representa como (socialmente) responsável, como autor” (ORLANDI, 2007, p. 104). A censura vai funcionar “não em nível de informação mas de circulação e de elaboração histórica dos sentidos, assim como sobre o processo de identificação do sujeito em sua relação com os sentidos” (Idem, p. 107), impedindo o trabalho histórico do sentido. Segundo Orlandi (Ibidem, p. 107), para que a censura funcione, ela joga com o “princípio do autor” remetendo “à responsabilidade do sujeito (autor) quanto ao que ele diz”. Ao propormos um observar os “*tempos de censura*”, estamos considerando um interdito que se dá desde 1964, com o golpe, que, reiteramos, “coincide” com a fundação do jornal Zero Hora, e não somente com o momento do pós AI-5, ato institucional que ampliava e auxiliava os “modelos” de repressão e tortura, em dezembro de 1968). O AI-5 regulamentou oficialmente, de maneira explícita, o que já estava posto em 1964: há, nesse processo de significação do gaúcho, uma imagem a ser retomada, reforçada no discurso jornalístico. Essa relação com uma censura regulamentada retoma questões que se atravessam desde a fundação da imprensa no Brasil. A regulamentação das instituições jornalísticas, na proposta da ‘liberdade’ de imprensa – sem censura prévia – desde seus primórdios, aparece com o uso de conectivos restritivos, como o contudo e o entretanto. Segundo Mariani (1996, p. 86), “no processo de formação da imprensa brasileira, a censura sempre atuou da mesma forma ou com a mesma intensidade fosse através de mesas censórias, fosse através de leis”. Assim, o funcionamento da imprensa, ao noticiar, na elaboração do discurso jornalístico, tem por objetivo:

tornar os acontecimentos visíveis de modo a impedir a circulação de sentidos indesejáveis, ou seja, determinar um sentido, cujo modo de produção pode ser variável conforme cada jornal, mas que estará sempre submetido às injunções das relações de poder vigentes e predominantes. (MARIANI, 1996, p. 89)

Com base nisso, ao movimentarmos análises de práticas discursivas na imprensa, precisamos pontuar que o discurso jornalístico está vinculado ao funcionamento do jurídico, ou seja, “o discurso jornalístico [...] não apenas reforça e faz circular os sentidos permitidos pela lei, como também promove a fixação de uma memória da ordem ocidental cristã” (MARIANI, 1996, p. 88). Se o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, podemos afirmar que se produzem sentidos “por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2013, p. 17). Esses, por sua vez, mesmo quando submetidos ao modo de produção do periódico em que se colocam - onde existem sentidos permitidos a serem (re)produzidos -, ao se inscreverem em uma formação ideológica, não estarão fora do contraditório que constitui toda prática discursiva. Não há, pois, o não-lugar, a imparcialidade jornalística, senão como um efeito da ideologia.

Contra a vã tentativa de imposição do óbvio, do homogêneo, na/pela língua, pelos vários espaços que buscam administrar os sentidos e que influenciam na constituição dos sujeitos, podemos trazer a produção da obra *Libro de Manuel* como uma manifestação da possibilidade de resistência, em uma movimentação que explicita “o que não tem governo, nem nunca terá”⁹. Nessa perspectiva, temos materializado o confronto do simbólico com o político; uma questão ética, portanto, é instaurada no cerne de um sujeito sempre dito pelo outro, “promovido pelo outro” (PETRI, 2004, p.132): o gaúcho. Daquele que, inicialmente, resiste ao cerco das cercas e que, depois, sendo absorvido pelo sistematizar do capital, “se torna identidade”. Que processos, então, estão aí, em funcionamento, para criar a ilusão de unidade junto aos contornos das fronteiras físicas? Para que possamos dar conta dessas questões discursivas, nosso trabalho encontra-se dividido em três partes:

1) Apresentação do dispositivo teórico e metodológico: na perspectiva teórica da Análise de Discurso, a delimitação do *corpus* de pesquisa já mobiliza, necessariamente, a teoria. Neste primeiro momento, estaremos explorando algumas das ligações teóricas que a Análise de Discurso estabelece enquanto disciplina de entremeio.

2) A construção do objeto de análise: nesta segunda etapa, estaremos mobilizando noções-chave para nosso trabalho, bem como explorando elementos históricos ‘de significância’ – condições de produção.

⁹ Versos da música ‘O que será’, de Chico Buarque de Hollanda, de 1976.

3) Análise do discurso jornalístico sobre o gaúcho: na terceira parte, realizaremos nossa análise do discurso jornalístico em questão, já apontando para os resultados da pesquisa.

PARTE I: DISPOSITIVO TEÓRICO E METODOLÓGICO

1. Análise de Discurso: disciplina de entremeio

“Se há ciência, esta não pode estar senão no ‘entremeio’”.
Paul Henry (1997, p.33)
[...]

Em 1969, Michel Pêcheux publica na França o texto em que diferentes pesquisadores (HENRY, 1997; MALDIDIER, 1994, por exemplo) apontam como o texto fundador do que podemos colocar como “disciplina” de interpretação, à qual nos filiamos: *Análise Automática do Discurso (AAD 69)*. A relação desse trabalho com o momento dos desenvolvimentos do “movimento estruturalista” pode ser uma questão interessante para nossa observação. Segundo Henry,

Pêcheux, não mais que Lacan, Foucault ou Althusser, não pode ser considerado um “estruturalista”. Contudo, houve no estruturalismo um foco colocado sobre a linguagem que pode ser encontrado tanto em Lacan ou Foucault quanto em Pêcheux. (HENRY, 1997, p. 27)

Não pensamos aqui um “movimento coerente”, com objet(iv)os comuns entre si, mas “uma base teórica nova, politicamente muito heterogênea”¹⁰ (PÊCHEUX, [1983] 2012, p. 44 – 45). Trata-se, naquele momento, de efetuar um rompimento com os estudos da linguagem cujas abordagens eram a-históricas (análise de conteúdo), bem como com as práticas da Psicologia Social. Portanto, é “nesse lugar que se inscreve Michel Pêcheux, entre outros intelectuais da época, estabelecendo relações entre o científico e o ideológico, renovando a abordagem histórica das/nas ciências” (PETRI, 2006, p. 188). Orlandi vai observar, no desenvolvimento das reflexões de Pêcheux, uma articulação nas/das disciplinas Linguística, Psicanálise e Materialismo Histórico, colocando que a Análise de Discurso

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2013, p. 20)

Pêcheux vai se interessar pelas relações que a linguagem estabelece com a ideologia, uma relação entre língua e exterioridade, pontuando a tese materialista essencial, a saber, “a independência do mundo exterior [...] em relação ao sujeito, colocando simultaneamente a dependência do sujeito com o mundo exterior”

¹⁰ Althusser, em *Elementos de Autocrítica* (1978 [1972]), vai observar a sua não ‘participação’ no que seria um movimento estruturalista: “[...] suspeitando que a ciência marxista não era ‘uma ciência como as outras’, sem que pudéssemos dizer *em que*, tratamo-la finalmente como ‘ciência como as outras’, recaindo assim nos perigos do teorismo. Mas não somos estruturalistas”.

(PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 73). Desde os primeiros trabalhos, da AAD 69, ou mesmo em seus trabalhos publicados anteriormente e que aparecem sob o pseudônimo de Thomas Herbert, podemos observar, na relação da língua com a ideologia, uma proximidade com as problemáticas que Louis Althusser vinha desenvolvendo.

A elaboração desses trabalhos não se justifica na busca de se colocar como mais um campo teórico junto às ciências positivistas, mas posicionar-se – e não fixar-se – no e pelo entremeio dessas disciplinas, questionando-as. Mas o que instaura esse colocar-se no entremeio? Como explorarmos aqui os primeiros movimentos desta teoria do discurso, sem tornar esse um espaço que reforça o olhar positivista das datas, dos nomes próprios e das “coisas-a-saber”? Essa é uma questão que podemos desenvolver dizendo que a Análise de Discurso não “acumula teoricamente, ao estilo das ciências positivas” (ORLANDI, 2001, p. 36).

O analista de discurso, como afirma Orlandi (2012, p. 49), deve se colocar “na posição de entremeio e discutir as contradições que esta posição produz”, sendo que a formulação do dispositivo teórico-analítico, desafio esse próprio à Análise de Discurso, possibilita um deslocamento em relação à forma-sujeito do discurso, onde se produz a ilusão/ “aparência da autonomia” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 151) dos sujeitos.

Não se trata de refletirmos sobre o contexto dos discursos, considerando as observações empíricas de um momento histórico, caindo em um reducionismo – sociologismo - , mas realizar um movimento teórico-analítico que possibilite sair do textualizar de discursos, para explicitar o processo de textualização dos discursos.

Ao observarmos as condições de produção do surgimento da Análise de Discurso na França, não podemos deixar de indicar seus movimentos de (re)inscrição, da necessidade de se colocar novas questões. Se Pêcheux, como afirmamos anteriormente, foi diretamente influenciado pelo pensamento filosófico-político de Althusser, sobretudo em *Semântica e Discurso* (2009), em outro momento, seus trabalhos vão se ocupar em (re)ver as limitações que algumas determinações teóricas nessa relação estariam colocando.

Enquanto Althusser aponta que os sujeitos, ao se inscreverem em uma formação ideológica - interpelação dos indivíduos em sujeitos: “a ideologia [...] ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos” (ALTHUSSER, [1969] 1985, p. 96) -, irão reproduzir as formas de dominação das relações de produção, Pêcheux vai chamar

esse processo de “reprodução/transformação” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 129) das relações de produção existentes - insistindo na possibilidade de resistência por parte dos sujeitos. Não se trata aqui um apontar desse movimento como uma revisão teórica - visto que a influência althusseriana não só se coloca na constituição da Análise de Discurso, como se mantém em questões-chave, no cerne da teoria desenvolvida por Michel Pêcheux¹¹ -, mas de observar essas relações e seus efeitos na teoria do discurso.

Orlandi (2001, p. 33) chama “doença infantil da análise de discurso” a maneira como apareciam algumas práticas “de leitura de textos políticos amparando-se na montagem de dispositivos linguísticos visando superar uma incapacidade localizada, a dos leitores de discursos políticos”. Para a autora, que leva em conta as considerações de Courtine ([1981] 2009) sobre possíveis reducionismos militantes, esses trabalhos são “tropeços”, já que eles pensavam a “linguística como um instrumental ortopédico, uma montagem para ‘aplicar’ a problemas sociais” (ORLANDI, 2001, p. 34), em uma aproximação com a afirmação de Pêcheux: “Compreendida entre o real da língua e o real da história, a Análise do discurso não pode ceder nem para um, nem para o outro sem cair imediatamente na pior das complacências narcísicas” (PÊCHEUX, [1981] 2009a, p. 26).

Com o objetivo de evitar esses reducionismos - que teriam como meta política assumir o aparelho de Estado, acabando por “esquecer” de considerar o cotidiano do sujeito pragmático -, Courtine (2009 [1981], p. 36) coloca que, na sua prática de análise do discurso, busca, através do “batimento” da Análise do Discurso com a história, pela contradição, produzir um “efeito de conhecimento que testemunhe a presença do marxismo como corpo teórico real e não como *língua de madeira*¹²”. Entendemos por língua de madeira, a par dessas considerações, a língua da coerção/funcionamento burocrático em relação ao sujeito, ou seja, “[...] a maneira política de denegar a política” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 24)). As línguas de Estado, tanto como língua de madeira, quanto como língua de vento – aquela que “permite à classe no poder exercer sua mestria, sem mestre aparente” (Idem, p. 24) –, associadas uma à outra, articulam-se no enfrentamento do simbólico com o político e funcionam como uma maneira de estabilizar esse confronto.

¹¹ A tese “O “Althusserianismo em Linguística”: A teoria do discurso de Michel Pêcheux” de Luís Fernando Bulhões Figueira (UFU, 2012) desenvolve questões pensando como se constitui, no desenvolvimento da teoria do discurso, a interdiscursividade sobre a obra de Althusser.

¹² Grifos do autor.

Essas diferentes conjunturas - seja durante a sua fundação na França, ou (e) nos estudos da Análise de Discurso no Brasil - provocam mudanças, deixando ver os novos rumos da disciplina. Quanto ao desenvolvimento do dispositivo teórico-analítico, “dispositivo experimental”, realizamos um “movimento pendular”, ou seja, um movimento contínuo que vai da teoria para a análise e da análise para a teoria, “questionando, reformulando e re-significando, não apenas o objeto de análise, mas também as noções teóricas mobilizadas no trabalho” (PETRI, 2004, p. 199). Ao explorar a metáfora do movimento pendular, Petri (2013, p. 42) coloca que nosso ponto de partida é um ponto de referência, “lugar de significados estabilizados na forma do já-dito, enquanto noções básicas que sustentam uma teoria”, sendo esse “o ponto de encontro entre o analista, o arquivo e a teoria”. Sem determinar quando o movimento pendular inicia-se, a autora afirma que “é no movimento de ir e vir (da teoria para a análise e/ou vice-versa) que o pêndulo agita os processos de produção de sentidos sobre o *corpus*, movimentando a contemplação que estagnaria o analista e [...] o movimento de análise” (Idem, p.42).

Tendo apontado algumas observações na constituição da Análise de Discurso enquanto campo de reflexão sobre a relação língua/exterioridade, lugar incômodo por deixar ver a instabilidade que rompe com a aparência de completude do fazer sentido - daí a incessante reconfiguração desse espaço teórico -, podemos avançar em nosso trabalho, retomando e explorando alguns conceitos que também se fazem necessários.

2. Discurso e Língua

Apesar de o sistema da língua ser, como coloca Pêcheux (2009, p. 81), “o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento”, não podemos concluir que “esses vários personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta [...] como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados” (Idem, p. 81).

Podemos dizer que a nossa proposta de reflexão sobre a linguagem procura um descolar dos pressupostos estáveis, confortáveis, já que “não se trata mais de considerar um sistema linguístico nem tão fechado, nem tão homogêneo ou estável como postulam os leitores/seguidores de Saussure”, tampouco “como uma competência linguística universal interiorizada igualmente por falantes ideais” (MARIANI, 1996, p.29). Assim, para o analista de discurso, há um deslocamento em relação à língua, de uma concepção abstrata, para uma concepção materialista, pois:

a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. (ORLANDI, 2013, p.16)

A Análise de Discurso, em sua posição privilegiada de entremeio, vai questionar a Linguística nos seus movimentos que acabam por “*banir de suas fronteiras a questão do sentido*” (PÊCHEUX, 2009, p. 78). Entendemos discurso como “‘efeitos de sentidos’ entre os pontos A e B”, sendo que “os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais”, ou seja, são “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 82).

Tendo por objeto o discurso, a referida disciplina de interpretação trata de lidar com o desconforto que o movimento incessante desses sentidos pode provocar, principalmente ao considerar o que produz o sistema capitalista, como por exemplo, na base econômica, a imposição de “uma *comunicação* sem equívocos – clareza “lógica” das instruções” (PÊCHEUX, 2009, p. 25) aos trabalhadores. A língua serve, portanto, ao mesmo tempo, para comunicar e para não comunicar, “isto é,

autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, *em primeira instância, da comunicação*¹³ de um sentido” (Idem, p. 83).

Ao tomarmos as relações do/no “discurso como lugar de contato entre língua e ideologia” (ORLANDI, 2007, p. 17), podemos indicar que aquilo que aparece como pressuposto na língua, o que, no discurso, vamos chamar de efeito de pré-construído, ou seja, “efeito discursivo ligado ao encaixe sintático” (PÊCHEUX, 2009, p. 89). Essa noção, sendo uma proposta de Henry (2013 [1977]), aborda “aquilo que todo mundo sabe”, o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, 2009, p. 151). Chegamos a um dos pontos fundamentais para os quais Pêcheux (Idem, p. 89) aponta, que se encontra na articulação da teoria do discurso com a Linguística, já que o pré-construído acaba por explicitar-potencializar a questão dos “conteúdos de pensamento”, que não se dão fora da linguagem, mas que “existe(m) na linguagem sob a forma do discursivo”. Dessa maneira, a relação dos sujeitos com a língua deixa ver uma tomada de posição, já que o significar, necessário no processo de identificação, na e pela língua, precisa que a história intervenha para fazer sentido, ou seja, é “o sujeito que ao ocupar uma posição faz a língua entrar em funcionamento” (MARIANI, 1996, p. 30), questão essa que já estava posta por Pêcheux, quando o autor afirma que:

[...]a “indiferença” da língua em relação à luta de classes caracteriza a *autonomia relativa do sistema linguístico*, e que, dissimetricamente, o fato de que as classes não sejam “indiferentes” à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*. (PÊCHEUX, 2009, p. 82)

Ao trabalharmos com o discurso, estamos considerando os processos históricos que atuam no linguístico, configurando um processo linguístico-histórico, em que a língua é/está sujeita a falhas. Nem sempre os sujeitos se dão conta, nem sempre estão/são conscientes dos/nos processos discursivos em que estão inseridos, em que se subjetivam, pois a ilusão dos sujeitos no que diz respeito à origem-fonte dos seus dizeres é, para Pêcheux, lugar dos esquecimentos, e esses, por sua vez, são necessários à constituição do sujeito. Essa relação ilusória (imaginário) de fonte-origem do seu dizer, presente nos sujeitos, é desenvolvida por Pêcheux como o esquecimento número um: aquele do caráter comum das estruturas-funcionamentos - ideologia e inconsciente - que dissimula “sua própria

¹³ Grifos do autor.

existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjéctivas’, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’” (PÊCHEUX, 2009, p. 139). Já o segundo esquecimento é da ordem do enunciável, ou seja,

‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada”. (PÊCHEUX, 2009, p. 161)

Essas relações podem ser pensadas a partir do que é possível de ser dito, o dizível, o eixo de constituição, interdiscurso – o “todo complexo com dominante” (Idem, p. 149) e o intradiscurso, eixo de formulação – onde o aparelho de coerção vai atuar em tempos de censura, em um processo de responsabilização dos sujeitos em relação aos “seus” dizeres. É nesse ponto que podemos trazer, com o objetivo de ilustrar as práticas discursivas que fazem parte de nosso estudo, um recorte de nosso *corpus*, considerando, por recorte, o que nos explica Orlandi (1984, p.14), a saber, “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação”, em um movimento que deixa ver nossa posição teórica em relação às nossas questões de análise.

Buscamos romper com as evidências da suposta transparência da linguagem, opondo a essa visão idealista nossas observações sobre a opacidade do processo: vamos explorar a relação do linguístico com o discursivo. Há sentidos a serem policiados, de maneira a perpetuar uma versão oficial dos fatos, lugar do funcionamento do discurso jornalístico. Trata-se, além de minar o espaço onde circula com suas palavras de ordem¹⁴, de saturar com as suas possibilidades no identificável – e não outras. No recorte a seguir, o discurso jornalístico vai trabalhar a partir de um evento que se desenvolve na divisa do Estado do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, propiciando um privilegiado espaço para nossas observações:

¹⁴ DELEUZE; GUATTARI (1995, p. 16).



(Figura 01: Jornal Zero Hora, 23 de setembro de 1964)¹⁵

¹⁵ Apresentamos aqui o fac-símile da capa de Zero Hora. O texto está em nossos anexos (1 e 2)

A fim de explicitar o funcionamento do discurso jornalístico neste recorte, podemos iniciar nossas considerações de maneira a observar as escolhas na delimitação de itens lexicais por parte da imprensa na reportagem de capa do jornal Zero Hora intitulado “ZH Documenta Torturas Contra Presos”. Que efeitos de sentido o discurso jornalístico apresenta, a partir da delimitação do item lexical “tortura”? Para realizarmos nossas considerações, consultamos os dicionários Houaiss (2009) e Aulete ([s.d.]), que assim definem o verbete:

a) tortura (Dicionário Houaiss)

substantivo feminino

ato ou efeito de torturar

(1) volta tortuosa, curvatura, dobra

(2) dor violenta que se inflige a alguém, sobretudo para lhe arrancar alguma revelação; suplício;

(3) grande tormento do espírito; sofrimento, angústia

(4) situação que encerra dificuldade; embaraço

b) tortura (Dicionário Aulete)

substantivo feminino

(1) Tormentos que se infligem a prisioneiros, escravos etc., para os obrigar a falar ou por simples requinte de crueldade; MORTIFICAÇÃO; SUPLÍCIO[...]

(2) Qualquer martírio, físico, moral ou psicológico, imposto a alguém; MORTIFICAÇÃO; SUPLÍCIO

(3) Grande sofrimento moral; AFLIÇÃO; ANGÚSTIA

(4) Situação difícil

(5) Curva, dobra, tortuosidade

O jornalístico, além de destacar a notícia, trazendo também na capa imagens dos torturados, apresenta no seu interior uma página na qual propõe a sua explicação do ocorrido. Podemos mobilizar os enunciados/itens lexicais:

- as explicativas, - “aquele(s) que”; a descrição dos ‘fatos’; o que aconteceu, quando, onde, os envolvidos: (1) “Os **ladrões** [...] torturados na madrugada de sexta-feira por policiais gaúchos” - a revolta da população contra a (2) “crueldade dos agentes da **Delegacia de furtos**”. Dentre os subtítulos, nas subseções da reportagem: (3) *Testemunhas, Bárbaro, Hospitalizados, Tortura e Abandono, Jornais*. Nessa última sequência, o jornalístico, ao trabalhar o evento, destaca as manchetes dos jornais da localidade onde ocorreu o ‘fato’ - sendo uma delas, interessante para nossas observações: (4) “O “Correio de Araranguá” assim noticiou as torturas: “Barbarismo? Justiça? **Está legal** a atitude dos policiais gaúchos?””. (grifos nossos)

Dizer a tortura dessa maneira e não de outra(s) deixa ver uma tomada de posição em funcionamento. Se a palavra de ordem, colocada em circulação pelo discurso jornalístico, dá espaço para um questionamento sobre o legal acerca das

torturas naquela conjuntura, onde se inscreveria essa prática discursiva, sabendo da sua constituição junto ao modo de produção capitalista? Podemos considerar que, se nas ruas o aparelho coercitivo do Estado reprime aqueles que se opõem ao regime de exceção, a imprensa, como Aparelho Ideológico de Estado, tenta, por sua vez, legitimar alguns sentidos ao mesmo tempo em que silencia outros tantos possíveis.

Torna-se interessante observar, com Althusser (1985, p. 69), que “o Aparelho Repressivo do Estado ‘funciona através da violência’ ao passo que os Aparelhos Ideológicos do Estado ‘funcionam através da ideologia’”, sendo que o aparelho repressivo não é unicamente repressivo e os Aparelhos Ideológicos do Estado não são puramente ideológicos. Os Aparelhos Ideológicos do Estado “funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica” (Idem, p. 70).

Os itens lexicais que aparecem em destaque nos enunciados que selecionamos – *Ladrões/Departamento de Furtos/Legais* – jogam com a possibilidade de que “aqueles que” (numa formulação explicativa-determinativa) roubaram foram torturados por policiais, levantando a questão legal. O discurso jornalístico realiza, na relação com o jurídico, um processo de individualização do sujeito pelo Estado, sujeito responsável por suas atitudes, um sujeito de direitos e de deveres.

Poderíamos indicar, por essa nossa interpretação, um movimento que busca um naturalizar dos sentidos para a palavra tortura, sendo que o periódico funciona em um movimento de interdição sobre as outras torturas, dos outros presos, os políticos: presos torturados por se inscreverem em formações discursivas interditas pelo regime de exceção instaurado/instalado alguns meses antes. Esse movimento no/pelo discurso jornalístico pode ser observado pelo que Mariani (1996, p. 64) coloca como uma atuação “na institucionalização dos sentidos”, [...] “no efeito de linearidade e homogeneidade da memória”. A partir desse primeiro recorte, podemos deixar a questão: de que maneira o discurso jornalístico pode ter trabalhado na e para a constituição de imaginários de gaúcho que circulam nos últimos cinquenta anos?

Se, como vimos, os regimes ditatoriais acabam por interditar “sentidos historicamente dizíveis” (ORLANDI, 2007, p. 105), que sentidos seriam esses no que diz respeito ao sujeito gaúcho? Como os Estados articulam sua tentativa de

homogeneização na formação de uma identidade e, seguindo em nossa reflexão, no caso do gaúcho, como se colocar como gaúcho e brasileiro naquela conjuntura?

Certamente, sujeito e língua constituem-se mutuamente, sendo que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, conforme a tese central de Althusser (1985). Ao buscar uma unidade, unidade essa imaginária, os espaços que vão trabalhar oficialmente a interpretação sobre o gaúcho vão mobilizar sentidos desejáveis no lugar de todos os gaúchos, colocando, como evidência, como já dado, o que não cessa de romper, de entrar em conflito. A delimitação de categorias na organização de eventos que possuem uma relação com o movimento tradicionalista – o MTG, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, cuja fundação se dá no final de 1966 e é amplamente amparado pela oficialidade do Estado¹⁶ - instaura questões a serem consideradas quando das movimentações no processo de identificação.

É importante destacarmos a maneira como as evidências mobilizadas pelo discurso jornalístico sobre o gaúcho estão amparadas no produto de um processo histórico que vai modificando o designar gaúcho, sendo, portanto, necessário considerar que:

[...] agrega-se também à designação gaúcho a imagem de um outro cavaleiro: o proprietário de grandes extensões de terras e de belas montarias. Assim, o estancieiro também passa a constituir o imaginário sobre o gaúcho, sobretudo num momento em que as formações imaginárias apontam para a ilusão de igualdade entre patrões e peões de estância. (PETRI, 2004, p. 102)

As práticas discursivas da imprensa no recorte ilustrativo que apresentamos colocam as classes como já constituídas, estão dadas, já existem e estão em jogo, em um mesmo jogo, com as mesmas regras, em um movimento de apropriação das contradições que o designar gaúcho instaura, tornando-se importante a observação de Michel Pêcheux quando do desenvolvimento da teoria do discurso:

A forma de contradição inerente à luta ideológica entre as duas classes antagonistas não é simétrica, no sentido em que cada uma tenderia a realizar, em proveito próprio, a *mesma coisa* que a outra: se estamos precisando desse ponto, é porque numerosas concepções da luta ideológica tomam como uma evidência anterior à luta [...] a existência *da sociedade* [...] *como espaço, como terreno dessa luta*. Isso ocorre porque, como diz E. Balibar, a relação de classes é dissimulada no funcionamento do aparelho de Estado pelo próprio mecanismo que a realiza, de modo que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito [...] são produzidos-reproduzidos como 'evidências naturais'. (PÊCHEUX, 2009, p. 134, grifos do autor)

¹⁶ Estaremos explorando as relações entre estado autoritário, imprensa e movimento tradicionalista na segunda parte de nosso trabalho.

A partir da ilusão de igualdade, de pertencimento - que, nessa categorização em/como gaúchos aprisiona porque re-significada e (re)afirmada pelo poder autoritário -, a saturação pela oficialidade objetiva impedir a reflexão sobre o processo de identificação gaúcho, para manter os rituais amparados no aparato jurídico do estado de exceção.

2.1 *Discurso, sujeito e ideologia*

Em Análise de Discurso, re-significa-se a noção de ideologia. Nossa afirmação de que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, acaba por retomar nossa relação com os trabalhos de Louis Althusser: “só há prática através de e sob uma ideologia” e “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p. 93).

Não se trata mais de pensar a ideologia como “*referente a – ideias*”, mas, sobretudo, às diferentes práticas: “as ideologias não são feitas de ‘ideias’ mas de práticas” (PÊCHEUX, 2009, p.130). O efeito de evidência - presente na constituição dos sujeitos, na forma-sujeito dos discursos, quando da necessidade do *fazer sentido* por parte destes - é produzido pelo efeito ideológico: daí a constituição de uma teoria materialista dos discursos, a qual busca explorar a maneira como a “Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (Idem, p. 141).

Precisamos fazer uma observação sobre as diferenças entre a Ideologia em geral e as ideologias cuja realização se dá em/pelos Aparelhos Ideológicos do Estado, considerando que “certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1985, p. 68). Enquanto “as ideologias têm uma história própria”, uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta, a “Ideologia em geral não tem história”, na medida em que ela se caracteriza por “uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica” (PÊCHEUX, 2009, p. 137). Essa questão pode ser compreendida como efeito da aproximação feita por Althusser com o inconsciente da psicanálise freudiana: “retomarei palavra por palavra da expressão de Freud e direi: a *ideologia é eterna*, como o inconsciente” (ALTHUSSER, [1969] 1985, p. 85, *grifos do autor*). Althusser ainda acrescenta que “esta aproximação me parece teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade

do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral” (Idem, p.85).

Partindo das questões que colocamos com o nosso trabalho, a articulação ideologia-inconsciente vai produzir efeitos importantes para compreendermos o discursivo. Retomemos a noção de efeito de pré-construído, introduzido na primeira parte desta seção. Segundo Pêcheux,

podemos “considerar o *efeito de pré-construído* como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é “*sempre-já sujeito*”, destacando que essa discrepância (*entre* a estranheza familiar desse fora situado antes, em outro lugar, independentemente, e o sujeito identificável, responsável, que dá conta de seus atos) funciona por contradição, quer o sujeito, em toda sua ignorância, se submeta a ela, quer, ao contrário, ele a apreenda por meio de sua agudeza de “espírito”. (PÊCHEUX, 2009, p. 142, grifos do autor)

A designação¹⁷ gaúcho, como já observamos anteriormente, sofreu deslocamentos, produzindo novos sentidos, quando temos que, de tipo social bem específico, nos séculos XVII e XVIII, vai se tornar gentílico para sul rio-grandense, em um processo que se estabelece na transição do século XIX para o século XX. O pré-construído, retomamos com Pêcheux e Henry, remete-nos ‘àquilo que todo mundo sabe’, “àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’” (PÊCHEUX. 2009, p. 158).

A produção literária do século XIX possibilita-nos pensar o que era constitutivo do eixo do dizível, (re)afirmado no imaginário sobre o gaúcho, em um momento que pode ser privilegiado no observar dos deslocamentos nesse processo de significação. Podemos, a partir do estudo realizado por Gomes (2009, p.209), observar que

[...] através da representação do português César de Lacerda [...] em 1867, os naturais do Rio Grande ainda não se reconhecem na figura do gaúcho. Este, por enquanto, está associado fortemente aos ‘orientais’ ou, além disso, a homens marginais do campo. Não obstante, constroem para si uma identificação que tem uma referência política interessante, pois no Brasil o regime é monárquico, ao contrário das repúblicas platinas que, aliás, estão em constante conflito entre si e com os monarcas das coxilhas que protegem as fronteiras brasileiras.

Essa observação leva-nos a uma aproximação das considerações de Haroche (1992), a autora coloca que não nos significamos da mesma maneira,

¹⁷ Diferenciamos, com Guimarães (2003, p. 54), nomear e designar: “A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome [...] A designação é o que considero a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome”.

através das diferentes conjunturas, mas devemos entender os processos de subjetivação como determinados pelas relações de poder em condições de produção específicas e instáveis. Dessa maneira, podemos então observar como um regime de exceção acaba por interferir na constituição de uma identidade, muitas vezes, tratando de sufocá-la.

Podemos colocar o efeito de pré-construído como um dos elementos do interdiscurso, constituindo as 'articulações' a que Pêcheux vai chamar *discurso transverso*. O funcionamento dessas articulações “remete àquilo que, classicamente, é designado por metonímia, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa” (PÊCHEUX, 2009, p. 153).

Assim, a relação do que já está posto – o já-lá, o que é que todo mundo já sabe sobre o gaúcho (?) -, com a articulação de sequências discursivas, seja na relação com elas mesmas, seja na articulação com outras sequências discursivas, vai potencializar nossa reflexão dos processos discursivos sobre o gaúcho.

Como afirmamos anteriormente, o sujeito é constituído a partir de um mundo semanticamente normal, “não se pode não significar”, ou seja, “para o sujeito de linguagem, o sentido já está sempre-lá” (ORLANDI, 2007, p. 70). Interessa-nos observar como a interdição de sentidos, via censura ou via política do silêncio, de acordo com Orlandi (2007), historicamente dizíveis sobre o gaúcho produz efeitos no discurso jornalístico do período delimitado, já que, como afirma Petri (2004, p. 130),

[...] os sentidos pejorativos que eram atribuídos ao gaúcho durante séculos de história não foram apagados da memória (interdiscurso), eles continuam lá, talvez esquecidos por uma maioria, mas co-existindo com os novos sentidos que foram agregados a tal designação, podendo emergir a qualquer momento no interior ou fora da FD gaúcha.

Em nosso trabalho não vamos determinar o todo que constitui o eixo horizontal do interdiscurso - já que, como observamos, não há um todo acabado -, mas vamos mobilizar categorias que nos possibilitem analisar as diferentes posições-sujeito em um mesmo espaço de enunciação, na relação do discurso com ele mesmo (intradiscurso). Nesse movimento, torna-se oportuno a observação das regularidades discursivas, aquilo que sistematicamente vai se repetir no discurso jornalístico sobre o gaúcho, ou seja, consideramos, com Orlandi (2013, p. 36), os processos parafrásticos como “aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém”, representando um “retorno aos mesmos espaços do dizer”. A paráfrase está, então, “do lado da estabilização” (idem, p. 36).

Ao afirmarmos que estamos considerando um processo de identificação que se dá na/pela história, pois estaremos problematizando questões sobre a legitimação de saberes pela oficialidade das línguas de estado na próxima parte deste trabalho, não estamos sobrepondo o plano histórico aos demais, como ao linguístico, por exemplo, mas sabemos que, ao enunciar, o sujeito torna-se sujeito ao mesmo tempo em que se assujeita, em um movimento que produz a “anulação imaginária do processo histórico” (COURTINE, 1999, p. 20).

Eni Orlandi, ao pontuar as suas práticas como analista de discurso, vai destacar que:

[...] o corte na relação entre Sujeito e Autor e Discurso e Texto[...] permitiu trabalhar com o imaginário constitutivo da relação sujeito/autor e mostrar aspectos do que (chamou) então *heterogeneidade do texto* – diferentes posições-sujeito no mesmo espaço textual, correspondentes a diferentes formações discursivas que recortam o texto [...]. (ORLANDI, 2001, p. 38, grifos da autora)

Ao colocarmos em questão a interpretação do gaúcho, podemos observar as práticas do discurso jornalístico, seja no (re)significar eventos a partir das suas palavras de ordem, seja na sua prática de evidência que objetifica aquilo que observa (MARIANI, 1996), em uma anulação do político. O funcionamento ideológico possibilita um efeito de igualdade na desigualdade: o discurso jornalístico sobre o gaúcho não apresenta a divisão patrão/latifundiário e trabalhador/peão de estância, mas sim um produto estabilizado, a versão oficial que vem sendo constituída desde os tempos do Partenon Literário¹⁸.

A reflexão de Orlandi (2001), no colocar os diferentes lugares para as denominações sujeito/autor e discurso/texto, pode ser um ponto interessante para pensarmos a relação da identificação das práticas do discurso jornalístico e a oficialidade do governo ditatorial, já que o gaúcho, como gentílico, no tentar um controle dos sentidos que retomam os conflitos entre exércitos farroupilhas e imperiais, faz parte do emaranhado da construção discursiva das identidades brasileiras.

Acontece que, ao buscar a afirmação de uma imagem de gaúcho, a imprensa deixa ver as falhas constitutivas dos processos discursivos, já que saberes que fazem parte de outras formações discursivas vão eclodir nos espaços de uma

¹⁸ Criado em Porto Alegre no ano de 1868, o Partenon Literário foi a principal instituição “cultural” do Rio Grande do Sul no século XIX, promovendo encontros para a leitura e a divulgação da produção literária.

versão oficial dos fatos’/’eventos, possibilitando, assim, nossa observação nas diferentes posições-sujeito.

Paul Henry, ao trabalhar os efeitos da relação sujeito/significante no processo de constituição dos sujeitos, afirma que

antes de ser identificação disto ou daquilo, ou da imagem disto ou daquilo [...], antes de ser a identificação a isto ou àquilo ou à imagem deste ou daquele (os pais, os educadores etc...), toda identificação é identificação do significante. (HENRY, 2013, p. 168)

A imprensa funciona a partir daquilo que todo mundo sabe sobre o(s) gaúcho(s), ou seja, retoma dizeres a partir do efeito de estabilidade dos sentidos, como se o dizer sobre o gaúcho só pudesse ser dito de uma maneira e não de outra(s); no entanto, faz-se necessário retomar que o sentido sempre pode ser outro (ORLANDI, 2013).

É no deslocamento de um aparelho religioso dominante para um aparato jurídico dos Estados modernos que Claudine Haroche vai realizar as suas observações das formas-sujeito, de onde destacamos a forma-sujeito de direito. No modo de produção capitalista, temos como efeito dominante o sujeito-de-direito, sendo que em “realidade, este projeto de controle social não poderia ser realizado a não ser com a condição de induzir, no sujeito, o amor ao Estado [...] ‘amor à pátria’” (HAROCHE, 1992, p. 189). A problemática em se discursivizar o sul rio-grandense como gaúcho está, principalmente, no conflito que a idealização dos feitos da oligarquia local encontra em sua relação com o restante do país. Trata-se de remediar as feridas que parecem insistir em (re)abrir, sobretudo, no tentar escrever-impor uma história oficial do Brasil meridional.

PARTE II: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE

1 Elementos históricos sobre o gaúcho

Porque estudiar el gaucha es como poner la mano en el pecho abierto de la Patria y palpar, sentir en vivo y caliente, el próprio latido de su corazón.
Fernando O. Assunção(1978, p.11)

Ao buscarmos a compreensão dos efeitos no processo de identificação de sul-rio-grandense a gaúcho, faz-se necessário, como colocamos anteriormente, considerar o caráter mitológico, o qual nos remete ao “centauro dos pampas”. Se hoje é possível pensar-se em uma relação entre tais sinônimos, ambos se referindo a gentílicos, em funcionamento quando se fala de sul-rio-grandense e de gaúcho(s), de que maneira teria se dado essa inversão de valores, de sentidos, os quais vão de vagabundo, vândalo, amoral a cavaleiro, guerreiro, patriota?

É importante ressaltar que essa sobreposição da imagem do mito, do idealizado, àquelas do bárbaro, violento, dá-se apenas no início do século XX, quando “o ser gaúcho” passa também a designar¹⁹ o habitante do Rio Grande do Sul (PETRI, 2004). Nesse processo,

para instaurar a imagem do herói centáureo, foi preciso diminuir a importância social do homem civilizado que dominava, bem como características pejorativas que o gaúcho (semi-bárbaro) representava no interior da sociedade civilizada. (PETRI, 2004, p. 101)

No desenvolver de nosso trabalho, buscamos romper com as evidências dessas bases constituídas do mito ao não-mito. A grande lista da historiografia oficial, com uma grande produção de trabalhos que são propagados através de muitos espaços, dentre eles as suas versões dos fatos no discurso jornalístico do período delimitado, a qual tenta impor diferenças entre o gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino, exige um colocar-se entre o isso, que é ser rio-grandense **ou** o aquilo, que é ser platino .

Nesse sentido, como afirma Tau Golin (2002, p.25), “não se trata de prosseguir a celeuma entre lusitanismo [...] versus platinismo [...], pois essas duas

¹⁹ Ao afirmar a existência de várias hipóteses para a designação “gaúcho”, Petri (2004, p. 128) coloca que é “interessante observar como a origem etimológica dessa palavra [...] aponta para um efeito de sentido bem específico”, listando: “do árabe *gaûch*, proveniente do persa *guchi*, ‘boizinho’, formado de *gau-*, ‘boi, vaca’, mais *-chi*, sufixo diminutivo, e que, por sua vez, veio do Sânscrito *gaûch-*, ‘boi, gado vacum’; este, por seu turno, é oriundo da raiz indo-européia *gwo-*, *gwow-*, ‘boi, vaca’. Já no castelhano antigo encontra-se a forma ‘*chaucho*’, com sentido equivalente (do árabe *chaûch*, de *choûch*, ‘troteiro’), a par de *gauche*; e este se documentou primeiro (século XVIII) prevalecendo então a forma ‘*gaucho*’. [...] O *gaucho* depois passou à forma atual *gaúcho*, sendo, no princípio, uma designação que nos remete a um ‘predador’ de gado xucro e ladrão de estâncias; o que se transformou na atualidade, numa designação que nos remete ao homem que está intimamente ligado às coisas da terra, enfim, à atividade da pecuária”. (PETRI, 2004; NUNES, 1984)

vertentes historiográficas esvaziaram-se nos raquitismos de seus ideologismos”. Reverbel (1986), sobre esses conflitos no significado do processo histórico no Rio Grande do Sul, ao considerar os enfrentamentos com os povos nativos das Missões, afirma:

Justamente porque o assunto sempre foi polêmico e nunca deixou de haver contestadores, mantendo-se acesa a guerra de papel entre os contendores, o tema raras vezes tem sido abordado com a devida isenção. Uns perdem as estribeiras e baixam o malho. Outros entram em copiosos delírios apoloéticos. Resultado: quase todos radicalizam. E da discussão nasce a escuridão. (REVERBEL, 1986, p. 48)

Seria ilusão a isenção que Reverbel idealiza? Como se legitimam os saberes sobre o gaúcho? Seria o objetivo da História esclarecer os fatos? A escuridão à qual se refere Reverbel pode ser o ponto nodal onde o processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia faz as coisas terem sentido. Para a Análise de Discurso, História “é relação de forças, é produção de memória resultante do confronto e gerenciamento dos sentidos produzidos em uma dada época, em uma dada formação social” (MARIANI, 1996, p. 133).

A inscrição em determinada formação discursiva, por sua vez, vai possibilitar um entendimento dos fatos. O funcionamento da ideologia positivista do gauchismo, onde o progresso vem determinado pela ordem, lugar do idealizar, exaltar um produto e não do questionar ou analisar um processo, é constitutivo dos espaços institucionais que não somente explicam, mas também impõem a sua explicação sobre o gaúcho.

Objetivamos um rompimento com esse positivismo teórico, pois, como observamos na primeira parte de nosso trabalho, a Análise do Discurso, de sua posição de entremeio, vai questionar as (de)limitações dessas ciências positivas, que dão e têm resposta para tudo. Elencamos à metáfora claro-escuro a que se refere Reverbel, a colocação da ilusão de transparência da/na linguagem, pois o processo histórico de significação é, para o sujeito pragmático, um lugar opaco. A guerra de papel, como coloca Reverbel, continua, e os efeitos de sentido que produz no espaço da imprensa posterior ao golpe de 1964 é o que nos interessa neste estudo.

Para que seja possível uma visão mais ampla de um processo de significação que atravessa séculos, vamos pontuar alguns espaços privilegiados no que diz

respeito à interpretação nos eventos reiterados pelos órgãos oficiais²⁰, responsáveis pelo “dar sentido” ao gaúcho, especialmente, na manutenção dos rituais que rememoram as ditas façanhas rio-grandenses.

Não podemos deixar de mencionar que não se pode cair em uma simplificação, considerada, aqui, uma relação de causalidade, a qual indicaria um evento como aquele que desloca os sentidos sobre o gaúcho, do fora-da-lei ao mito, já que “estamos tratando de um processo ao longo de séculos de lutas sangrentas e não de um ponto que marque o fim da conotação pejorativa e a instauração do herói gaúcho” (PETRI, 2004, p.131).

Podemos listar algumas entidades ou instituições que, através dos tempos, se colocam como pontos interessantes para nossa observação em relação à administração dos sentidos para a constituição do sul-riograndense-gaúcho: a) Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP); b) Arcádia e Partenon Literário; c) Grêmio Gaúcho d) Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Não pretendemos aqui dar conta das especificidades de cada um desses espaços de interpretação, mas vamos buscar uma aproximação mais direta com o Movimento Tradicionalista Gaúcho²¹, devido à dimensão que essa organização tomou após o golpe de 1964.

O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP – 1860-1864) surge, nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com “um compromisso de estabilidade das instituições imperiais na província num período de acomodação dos interesses políticos e econômicos do pós-guerra civil”, sendo “que a História deve ser escrita no sentido de exaltar as glórias militares e transmiti-las devidamente aos jovens rio-grandenses” (GOMES, 2009, p. 182). Para que fosse possível ‘anexar’ as lutas da província na defesa dos interesses do Império, foi necessário realizar um silenciamento no que diz respeito à Revolução Farroupilha, já que

os ressentimentos políticos e militares das elites rio-grandenses pairavam como sombras sobre a relação do Império com a província e perturbavam o desejo daqueles *rio-grandenses* de ingressarem como eminentes membros do conjunto da nação brasileira pelos valorosos méritos de defesa da pátria.(GOMES, 2009, p. 184, grifos da autora)

²⁰ Pesavento (1985) ao enumerar alguns trabalhos que objetivam pensar a Revolução Farroupilha, cita, dentre os que compõem uma possível historiografia oficial, Dante de Laytano. Vale observar que Laytano foi diretor-presidente do jornal Zero Hora durante os primeiros anos de circulação.

²¹ O que desenvolveremos no segundo tópico dessa parte de nosso trabalho - *Imprensa, gauchismo e regime autoritário: os 'CTG's e os 'cães de guarda'*.

A Arcádia (1867 – 1870) e o Partenon Literário (1869 – 1879) podem ser observados enquanto associações literárias rio-grandenses que “iniciam um trabalho de construção da identidade regional, que segue de perto o movimento de consolidação da literatura brasileira e, por via de consequência, da identidade nacional” (Idem, p. 210). Não consideramos em nosso trabalho a noção de identidade como algo acabado, mas sim como alguns pontos de estabilização de sentidos, sendo que esses sentidos podem manter uma certa regularidade; ressaltamos, porém, que sempre estão abertos aos deslizes, às falhas, aos deslocamentos que, por sua vez, vão produzir novos sentidos.

A produção da obra literária ‘O Gaúcho’, de José de Alencar, pode ser considerada como um lugar de fundação, pois é uma obra que deixa ver o olhar *desde fora*, ou seja, a visão da “côrte” sobre o sul do Brasil, e acaba por produzir um efeito de rompimento com o que até então estava posto. Como afirma Petri (2004, p. 22), estamos “diante de um importante rompimento do Brasil com a Europa, quando se funda a literatura brasileira”, o que não impede que a obra em questão fique limitada, não tendo o resultado esperado, pois, sem

nunca ter conhecido o estado (nem um gaúcho!) e sem compreender, de fato, o funcionamento do processo de reinvenção do imaginário social ‘sobre’ o gaúcho (processo já em pleno desenvolvimento), o autor embasou sua obra em pesquisas bibliográficas e, ao sabor da tendência romântica, criou um herói idealizado que não correspondia às expectativas, o que gera críticas negativas desde a época de publicação até os dias de hoje (PETRI, 2004, p. 23)

Podemos colocar que, nesse momento, o qual compreende a segunda metade do século XIX, um período que abarca os conflitos da Guerra do Paraguai, os “homens da política, da guerra e das letras (estão) empenhados em construir uma imagem do Rio Grande e dos *rio-grandenses* para os outros brasileiros, que não viria ainda através da historiografia, mas pela literatura” (GOMES, 2009, p. 188-189).

Já o Grêmio Gaúcho, fundado em 1898, apresentando alguns pontos que avalia como herança do Partenon Literário, vai pontuar que, dentre os seus objetivos, destaca-se “especialmente cultivar as tradições gaúchas, inspiradas na personalidade inconfundível do ínclito General Bento Gonçalves da Silva” (GOLIN, 1983, p. 30). Essa entidade vai estabelecer os pontos que acabam por desencadear

o que podemos chamar de tradicionalismo. Tau Golin afirma que, a partir da fundação do Grêmio Gaúcho,

as sociedades passaram a ser fundadas. Em 10 de setembro de 1899, nasceu o primeiro filho do Grêmio Gaúcho. A 'cidade da aristocracia rio-grandense', Pelotas, conforme expressão do Conde D'Eu, foi a primeira. Sua oligarquia aristocrática, habituada a tirar o couro dos negros nas charqueadas, cantou o seu passado digno, com a fundação da União Gaúcha. Dez dias depois, a latifundiária Bagé criou o Centro Gaúcho. No coração do Estado, também passou a pulsar a tradição. Santa Maria inaugurou seu Grêmio Gaúcho em 12 de outubro de 1901. Seus objetivos eram os mesmos das outras sociedades, mas cada uma os expressava da sua forma: 'reviver por meio da tradição e da história o passado rio-grandense'. (GOLIN, 1983, p. 31-32)

Trouxemos esses diferentes lugares de maneira linear, o que não pode ser considerado um movimento que se coloque como o modo de funcionamento de uma memória, já que a memória é um “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização[...] espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2010, p. 56). Não acreditamos em uma busca indeterminada do(s) sentidos sobre o gaúcho, pois, como afirma Petri (2004, p. 76), enquanto

analistas de discurso, não temos a pretensão de apreender a origem, pois acreditamos ser possível apenas depreender um 'efeito de origem', algo capaz de satisfazer a necessidade existencial do sujeito. Assim, partimos do pressuposto de que não podemos apreender o todo, só temos acesso ao que é visível, ao que está posto pela sociedade que criou o mito, o que está representado via simbólico, enfim, o que está discursivizado.

Não se pode cair em um determinismo, como se as entidades que observamos estivessem criando em seus espaços os sentidos sobre os rio-grandenses-gaúchos, mas sim observar que elas atuam em um movimento de apropriação de um mito constituído socialmente, e que, a partir do que é possível de ser dito, provocam um silenciamento, ao discursivizar, sobrepondo aos demais, os sentidos que lhes são pertinentes.

A última entidade que listamos, o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), formalmente constituído em 1966, vai encontrar, na conjuntura pós-1964, um momento que favorece as práticas idealistas que defende. Refletiremos sobre essa relação entre MTG e Estado autoritário no próximo tópico de nosso trabalho.

Podemos, enfim, retomar um ponto que se coloca como relevante em nosso trabalho: a relação dos sujeitos com a *História*, considerando que havíamos

levantado a questão sobre a legitimação dos saberes sobre o gaúcho no início desta seção.

A historiadora Sandra Pesavento, ao pensar a maneira como a historiografia oficial trabalha pela manutenção de certos saberes sobre a Semana Farroupilha, assim pontua:

o essencial, contudo, não é 'contar a história' a partir de tais lances de valentia, mas entender e analisar o processo histórico que lhes deu sentido, bem como o mecanismo que fez com que fossem relevados e enaltecidos em função de determinados interesses. (PESAVENTO, 1985, p. 52)

Se, a partir de determinada documentação acerca de específica questão, a saber, o ponto de partida a que se refere Pêcheux (1994) para pensar o arquivo, há um discurso histórico que se coloca como disciplina que organiza os saberes, considerando uma linguagem transparente, clara, onde documentos comprovam fatos, precisamos levantar a questão de uma divisão social do trabalho de leitura.

Em Análise do Discurso, estamos diante da problemática forma-sujeito e forma-sujeito histórica, conforme nosso entendimento de historicidade. Pêcheux, mais uma vez, ao trabalhar o jogo contraditório das formações discursivas, vai observar que - em uma aproximação à noção de história enquanto processo sem sujeito nem fim de Althusser²² - apesar de nem Marx nem Lênin terem se ocupado da língua da ideologia e do discurso, seus trabalhos vão realizar um rompimento com os idealismos: “*Saber determinar aquilo que falar quer dizer*, sem que isso seja imediatamente questão de um sujeito fonte de um sentido: tal é, definitivamente, o legado que eles nos deixaram” (PÊCHEUX, 1980 [1977], p. 200). Trata-se de um duro golpe ao fetichismo do homem que, na visão idealista de responsabilização do sujeito por seus deveres, dentro do funcionamento jurídico, é consciente de si e de seus atos.

Se, para determinada produção historicista, o discurso não se coloca como objeto de estudo²³, ela pode acabar por reforçar uma relação de dominação política, pois:

a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo 'interpretações', constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento 'literal' dos documentos, as ditas 'interpretações'.(PÊCHEUX, 1994, p. 58)

²² ALTHUSSER, Louis. *Lénine et la philosophie*. Paris, François Maspero, 1975.

²³ Ver nota 1 no texto “Ler o arquivo hoje” de Pêcheux (1994, p. 65).

A afirmação de Pesavento contrapõe essas outras práticas, observando algumas possibilidades de quebra com uma lógica do óbvio, na exaltação de ideais acabados, considerados aplicáveis. Já Paul Henry vai buscar pensar “as relações singulares das ciências humanas e sociais com a história” (HENRY, 1994 [1984], p. 29). Rompendo com os historicismos, Henry vai observar, a partir dos desenvolvimentos da psicologia enquanto ciência, que movimentos são realizados para a legitimação desses espaços como científicos:

Esta análise me parece [...] suficiente para permitir entrever que uma posição reducionista frente à história tenha sido, e seja ainda, uma das condições sob as quais os saberes que essas ciências constituem podem se apresentar como científicos, em referência a um certo modelo da cientificidade, que é aquele que aí prevalece hoje. (HENRY, 1994[1984], p. 48)

O modelo de cientificidade à qual se refere Henry pode ser identificado como os espaços que buscam uma sistematização que proponha as evidências imediatas, constituídas a partir de modelos aplicáveis já legitimados, o que possibilita um discurso da ciência. Essa sistematização realiza uma “*apreensão de um sentido unívoco* inscrito nas regras escolares de uma assepsia do pensamento” (PÊCHEUX, 1994, p. 59).

Sabendo que a estruturação do capital torna mercadoria não só os produtos concretos, tangíveis de consumo, mas também saberes, aqui consumados enquanto informação, em um movimento que tenta restringir aqueles que estão habilitados a legitimá-los, podemos apontar o processo de identificação do gaúcho como uma tentativa de organização da memória. Tal tentativa obedeceria aos interesses de uma oligarquia local que, a partir dos espaços oficiais, amparados no aparelho jurídico, tiraria proveito dos efeitos de igualdade que a designação gaúcho permite.

Ao questionarmos, afinal, que “relação há entre a racionalização acelerada das trocas humanas e a racionalidade própria do discurso histórico?” (RANCIÈRE, 1994 [1992], p. 86), podemos chegar a um ponto interessante no fazer sentido em um “tempo dos vencedores, do capitalismo gerador de um mercado e de uma história em escala mundial” (Idem, p. 87). A imprensa vai funcionar como lugar de afirmação de um determinado sujeito ocidental, considerando também que, em um processo que se estabelece, sobretudo, após o século XIX, constitui-se um imaginário sobre ela mesma como “‘meio de comunicação neutro’ com base numa concepção de linguagem como comunicação” (MARIANI, 1996, p. 80).

2 Imprensa, gauchismo e regime autoritário: os 'CTG's e os 'cães de guarda'

2.1 A 'modernização' e o gaúcho: os cascos dos centauros deslizam no asfalto

Quando o primeiro exemplar de Zero Hora sai às ruas, no quarto dia de maio de 1964, o dizer “gaúcho” já suportava o peso de uma totalidade, legitimada pelo olhar *desde fora*, da “côrte”, sobre uma região, forjada a ferro, fogo, papel e tinta. Isso não impede que, em alguns rincões do Rio Grande do Sul, as atividades oficiais organizadas em torno desse processo de identificação acabem por produzir certo desconforto²⁴.

O golpe realizado em 1964 retoma estruturas já articuladas anteriormente pela Ditadura Vargas²⁵ (Estado Novo, de 1937 a 1945), como por exemplo o DIP, Departamento da Imprensa e da Propaganda, criado em 1939, o qual tinha como objetivo “a censura e o controle da imprensa, assim como a difusão da propaganda do Estado Novo e de ‘seu criador, Getúlio Vargas’” (LIMA, 1990, p. 65) e o DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Ele está situado em uma conjuntura de atuação das investidas diretas do imperialismo norte-americano sobre a América Latina, com a colaboração de empresários e políticos profissionais locais, os quais acabam possibilitando a efetiva instauração do que poderíamos colocar como o “Estado oligárquico de Direitos” (RANCIÈRE, 2014). Estaremos explorando logo em seguida alguns pontos de uma possível leitura - os sentidos visíveis sob o nomear Democracia – já que o estado autoritário instala-se na defesa do que seria um Estado democrático.

Por ora, devemos observar alguns sentidos que retornam quando do momento em que escrevemos o presente trabalho: dizeres reducionistas que afirmam o regime autoritário pós-1964 como “brando”, ou seja, “ditabranda”²⁶. Essas discursividades deixam ver um lugar, um retorno ao visível da posição que a imprensa de massa, ligada às grandes corporações, ocupa quando da instauração do regime. Enfatizamos isso não com a ingenuidade de pensar uma possível

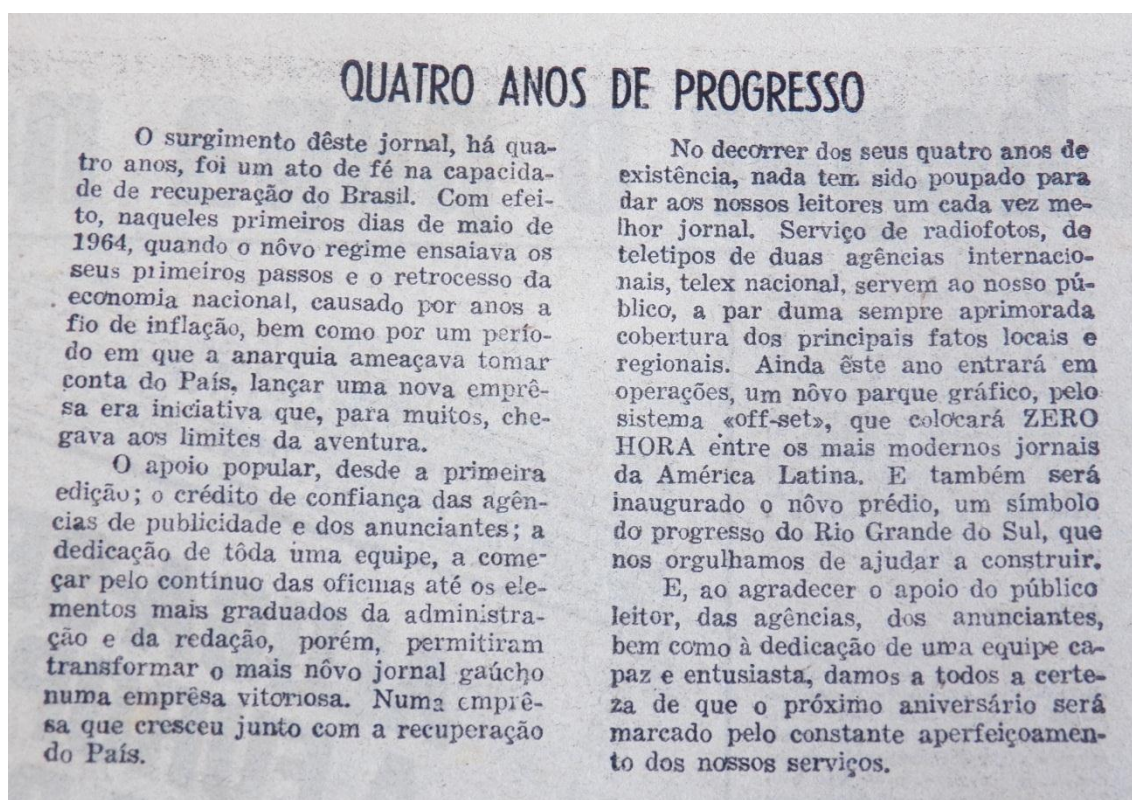
²⁴ Em 15/09/1978, encontramos no jornal Zero Hora uma entrevista com integrante da Brigada Militar que, sendo responsável pela organização da ‘vigília da chama crioula’ em um Centro de Tradições Gaúchas, lamenta que “tantos gaúchos sintam-se envergonhados de participarem de atividades como esta”.

²⁵ Torna-se interessante observar que a estátua de Bento Gonçalves, em Porto Alegre, tenha sido inaugurada em 1936, no limite da instauração do Estado Novo (1937), pois, a partir da Ditadura Vargas, foram proibidos os símbolos regionais, até mesmo as bandeiras.

²⁶ Referência a artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 17/02/09. Como considerar ‘brando’ um regime em que, “só nos primeiros meses de comedimento foram 50 mil presos” (ARANTES, 2010, p. 205)?

imparcialidade jornalística, pois, como já colocamos, ela não existe: seja pelo controle estatal, controle externo, seja pelo controle interno do que já está posto, estabilizado, próprio ao ‘fazer jornalismo’, a imprensa entra em funcionamento em uma textualização do político, estabilização dos dizeres, em um “efeito de linearidade e homogeneidade da memória” (MARIANI, 1996, p. 64).

Podemos explicitar as práticas discursivas da instituição Zero Hora, na sua relação com o regime autoritário, a partir de editorial publicado quando do quarto aniversário do jornal:



(Figura 02: Jornal Zero Hora, 04 de maio de 1968)

Segundo Orlandi (2012a, p. 19), os “militares empunham seu patriotismo como argumento político e criam o milagre econômico. Paira em todo lugar a ideia do brasil moderno”. O imaginário que Zero Hora constrói em seu discurso no editorial intitulado “Quatro Anos de Progresso” propõe sua interpretação na necessidade da intervenção militar, ligando a criação do jornal e seu sucesso ao momento posterior ao golpe: “naqueles primeiros dias de maio de 1964, quando o novo regime ensaiava os seus primeiros passos e o retrocesso da economia nacional, *causado por anos a fio de inflação, bem como por um período em que a anarquia ameaçava tomar conta do País [...]*”; “[...]empresa que cresceu junto com a *recuperação do País*” (grifos nossos).

O que o discurso jornalístico produz é uma ilusão referencial, ou seja, “o modo como discursos em relação podem produzir a ilusão de ‘objetividade’ e ‘evidência’ para uma ‘realidade’, como se um dado sentido já estivesse lá” (MARIANI, 1996, p. 137-138). O referente que aparece e realiza um efeito de literalidade é, pois, um imaginário em funcionamento, imaginário que é próprio de uma formação social.

As evidências do discurso jornalístico do pós-1964, em um movimento de injunção às vozes oficiais, costumam ser postuladas quando da abordagem dos fatos da Revolução Farroupilha. O enfrentamento entre os exércitos republicanos, o exército dos farrapos, e os do Império costuma ser recorrente quando das práticas discursivas idealistas do gauchismo, no sentido de um reforçar a imagem do mito.

O acontecimento Revolução Farroupilha contribuiu para a constituição de um imaginário de gaúcho - pensando o pós-triunfo do avesso - enquanto comunidade que se destaca, que é superior em relação aos demais estados brasileiros. É parte desse imaginário a ideia de que o povo gaúcho seria mais politizado, que a república rio-grandense viria/estaria antes da república brasileira, que seria mais culta por ser constituído também de diferentes grupos imigrantes da Europa, fonte de sabedoria, do superior, retomando uma inscrição enquanto colônia²⁷.

Os dez anos de conflitos que mantiveram uma República da Província de São Pedro foram possíveis, economicamente, graças à venda do produto símbolo das charqueadas, o charque, para o próprio império, via porto de Montevideo (PESAVENTO, 1985), sendo as estruturas escravocratas as que funcionavam nesses espaços. Essa estruturação pela escravidão vai ser um dos grandes problemas na sistematização do capital – que precisa estabelecer o trabalho como produto, tendo como pilar de sustentação o direito – o que pode ter colaborado no atraso, considerado como as crises, de um processo de industrialização, o que vai manter o Rio Grande do Sul como fornecedor de matéria-prima.

Como já observamos em nosso trabalho, sabemos que o gaúcho enquanto grupo social bem específico no embate da Revolução Farroupilha estava “ora lutando do lado do Império ora contra ele, emprestando seu brio aos que se aproveitavam dele, pois vivia forçado a dar sua contribuição de homem sem propriedade” (PETRI, 2004, p.102).

²⁷ Essas condições sócio-históricas possibilitaram o surgimento de diferentes movimentos separatistas.

O período histórico que propomos na observação das práticas do discurso jornalístico é marcado pela intervenção do Estado na oficialização-regulamentação das festividades e comemorações das datas farroupilhas: leis que, logo após o golpe de 1964 instauram a Semana Farroupilha e os seus rituais, os seus desfiles, as suas marcações.

Torna-se interessante pontuar que a lei que oficializa as atividades desta semana foi promulgada em 1964, a lei número 4.850, de 11 de dezembro de 1964²⁸. O Movimento Tradicionalista Gaúcho, cuja formalização ocorre também após o golpe de 1964, em 1966, apresenta, em seus objetivos, uma interessante regularidade no que diz respeito à maneira como se coloca diante do Estado, citado por Golin:

O Tradicionalismo tem por objetivo auxiliar o Estado na solução dos seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo” [...] “O Tradicionalismo pode constituir-se na *maior força política* do Rio Grande do Sul, (buscando) auxiliar o Estado na resolução dos problemas cruciais da coletividade, (pois) se os cidadãos tiverem interesses e culturas comuns, com a vontade unificada que daí advém, *quase* qualquer tipo de organização formal de governo funcionará eficientemente. (GOLIN, 1983, p. 52 grifos nossos)

Buscamos destacar essa entidade dentre as demais apresentadas em nosso trabalho, pois encontramos, no discurso jornalístico sobre o gaúcho, um amplo espaço na discursivização da atuação do MTG como entidade oficial a promover os rituais que realizam a formação de consensos sobre o (ter ‘orgulho’ de) “ser” gaúcho.

Podemos observar também que, em fins de 1965, o ato institucional número dois (AI-2) extinguiu todos os partidos políticos, criando posteriormente a ‘Aliança Renovadora Nacional’ (ARENA) como o partido a dar uma base para o governo militar e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como espaço para os oposicionistas. Em um momento desses, ao colocar-se, na sua leitura, como a principal força política do Rio Grande do Sul, o MTG instiga-nos a pensar as possíveis definições para política.

Tendo observado diferentes instituições que apresentam, através dos tempos, o objetivo de controlar os sentidos sobre o processo de identificação do sul-rio-grandense-gaúcho, precisamos lembrar uma importante colocação em relação a

²⁸ Em documentário, o tradicionalista Paixão Côrtes afirma: “Em 1964 o governo deu-se conta da importância daquele movimento daquela gurizada e estabeleceu então a Semana Farroupilha. Visava integrar mais solidamente o governo e as verdades e passar às novas gerações como cultura e não só como recreação”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=xCxj6Pt6r6Y> Acesso em 12/10/2013

esses espaços, onde podemos incluir a imprensa: “Não é porque há normas institucionais organizando o dizer que a prática discursiva pode ser reduzida apenas a um espelho de tais normas”, pois, na busca de um reconhecimento das regularidades nesses discursos, não podemos “apagar a heterogeneidade presente em qualquer discurso” (MARIANI, 1996, p. 74).

A instituição jornalística produz um efeito de objetividade, clareza, a partir de manuais que enumeram seus critérios, aos quais costumam postular como éticos, e busca saciar a sede de informação do sujeito moderno (“informação é tudo”, reitera um de seus *slogans*). Essa comunicação sem equívocos já exclui o conflito, a quebra do todo, pois se coloca como que a par da sociedade: a imprensa “engessa as experiências sociais conforme uma ótica pré-determinada e ao mesmo tempo faz uma ortopedia semântica da linguagem” (Idem, p. 118).

A seguir, buscamos (re)pensar a noção de política, pois, para pensarmos o golpe de 1964, precisamos considerar a maneira como a oficialidade do Estado autoritário impõe-se no cotidiano pelos seus diferentes aparatos. O MTG e a imprensa – aqui considerando o jornal Zero Hora - são dois lugares que vão produzir um efeito de estabilização dos sentidos sobre o gaúcho, como se só se pudesse dizê-lo “dessa maneira”. As falhas no funcionamento dessas instituições interessam a nós, pois deixam ver uma brecha que pode produzir sentidos outros, sentidos não ditos, mostrando que tais efeitos não se restringem ao que é mapeado pelo organizar do jurídico.

2.1.1 Sobre como o gaúcho instaura uma relação litigiosa

[...]
*Le alvertiré que en mi pago
 ya no va quedando un criollo:
 se los ha tragao el hoyo
 o juido o muerto en la guerra,
 porque, amigo, en esta tierra
 nunca se acaba el embrollo.*

*Colijo que jué para eso
 que me llamó el juez un día
 y me dijo que quería
 hacerme a su lao venir,
 pa que dentrase a servir
 de soldao de polecía.*

*Y me largó una proclama
 tratándomé de valiente,
 que yo era un hombre decente,
 y que dende aquel momento
 me nombraba de sargento
 pa que mandara la gente.*

*(HERNÁNDEZ, José. Martín Fierro,
 1941, p. 93)*

Se em maio do ano de 1968 o jornal Zero Hora, como exploramos na seção anterior, celebrava seus quatro anos de circulação, e o regime militar consolidava-se em sua estrutura de poder – em dezembro seria ‘promulgado’ o ato institucional número cinco (AI-5) – surgem, em diferentes lugares do mundo, movimentos que levantavam suas faixas com a “palavra liberdade como carro-chefe” (ORLANDI, 2010, p. 62). Naquela conjuntura, a palavra liberdade estava posta a partir de “reivindicações das liberdades concretas necessárias à sociedade em suas novas possíveis formas” (idem, p. 62).

No Brasil, o golpe havia sido articulado sob o argumento que colocava a defesa e o restabelecimento de uma dita ordem democrática, contra a invasão comunista - o comunismo imaginário, como explicita Mariani (1996). Ao pensar a democracia desde a organização da sociedade grega antiga, Rancière vai pontuar que ela

não é um tipo de constituição nem uma forma de sociedade. O poder do povo não é o da população reunida, de sua maioria ou das classes laboriosas. É simplesmente o poder próprio daqueles que não têm mais título para governar do que para ser governados. (RANCIÈRE, 2014, p. 63)

A reflexão de Rancière estabelece um corte com os sentidos da democracia como forma de governo - a palavra naturalizada, que não é de resistência –

explorando as diferentes organizações das sociedades, desde a democracia grega à democracia moderna representativa. Essa democracia da representação, refere o filósofo, “não é uma forma de adaptação da democracia aos tempos modernos”, mas sim “uma forma oligárquica, uma representação das minorias que têm título para se ocupar dos negócios comuns” (Idem, p. 69). A desarticulação das organizações políticas da sociedade civil no Brasil pós golpe de 1964 vai possibilitar o estabelecimento dessa estrutura, como afirmamos anteriormente, de um “regime oligárquico de direito”.

O sujeito gaúcho, em uma observação que desloca o que vínhamos apontando, ou seja, o gaúcho enquanto grupo social bem específico, foi - e mantém sempre a possibilidade de voltar a ser – um sujeito político.

Para pensarmos uma subjetivação política, precisamos antes colocar em movimento alguns pontos importantes para nossa reflexão, retomando noções que pontuamos anteriormente e buscando outros pontos necessários.

Começamos lembrando que Pêcheux define o político como constitutivo dos processos discursivos, no seu confronto com o simbólico. Em outro momento, vai apontar para a ordem burguesa, o modo burguês de fazer política, a saber, denegando a própria política, no seu território (PÊCHEUX, 2009). Como já colocamos em nosso trabalho, ao pensar o trabalho de leitura do arquivo, Pêcheux (1994, p. 58) vai delimitar que a alguns é dado o direito de “produzir leituras originais, logo ‘interpretações’, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local)”, ou seja, o ato político não é legitimado a todos.

Orlandi, ao mesmo tempo que indica o político como constitutivo dos processos discursivos - retomando Pêcheux -, vai pontuar outras possibilidades para pensá-lo: ao delimitar a forma linguístico-histórica do discurso, Orlandi vai redefinir o político

como divisão – divisão entre sujeitos e divisão do sujeito – já que nossa formação social é dividida e a interpelação do indivíduo em sujeito produz uma forma histórica que é a capitalista de que resulta um sujeito dividido, ao mesmo tempo determinado e determinador. (ORLANDI, 2012, p. 72-73)

Já Guimarães, em seu estudo do espaço da enunciação, ao propor uma reflexão sobre o funcionamento das designações próprias ao espaço urbano, diz-nos que o político é aquele “espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas” (GUIMARÃES, 2003, p. 55). Diferentes palavras para designar diferentes espaços

do urbano, não são, simplesmente, pontos referenciais de identificação no urbano, mas sim palavras que possibilitam uma observação de divisão e redivisão do urbano: os diferentes nomes no *outdoor* de restaurantes deixa ver quem vai ocupar esse espaço, assim como as designações das vias em rua/alameda/avenida na relação com a sua localização – bairro nobre, centro, periferia. Então, para Guimarães (2003, p. 58), “o modo de significar os espaços da cidade mostra que eles são espaços políticos”.

Por mais que já tenha sido cooptado pelos sujeitos da comunidade, através de outros espaços discursivos, os quais vão determinando de diversas maneiras o ser, o fazer, o dizer gaúcho, a própria necessidade de se explicar ininterruptamente esse identificável deixa ver o quanto ele pode trazer à tona o litígio que separa o todo em partes: partes que não existem existindo, ou que, existindo, não existem - uma desigualdade que só existe na igualdade do dano. Expliquemo-nos.

Rancière (1996, p. 26) vai afirmar que a “política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem parcela”. Aqueles que observamos como constituindo um grupo social bem específico, entre os séculos XVII e XIX, habitando um território sem “*alambra*”, não eram, pois não possuíam nome. Quando dissemos que não temos acesso ao discurso *do* gaúcho, mas de discursos *sobre* o gaúcho, estamos colocando que os saberes legitimados na imposição de imaginários para o gaúcho são pensados pela parcela daqueles que têm parcela, do homem urbano. Dizer o gaúcho é possibilitar um *desentendimento*.

Para Rancière, ao aceitarmos uma noção como a de aparelho de Estado, como “‘monstro frio’ que impõe a rigidez de sua ordem à vida da (sociedade)”, “já pressupõe uma certa [...] confusão da política e da polícia” (RANCIÈRE, 1996, p. 42). Precisamos, então, pontuar as diferenças entre essas noções, já que essa proposta de leitura do político pode produzir efeitos interessantes em nossa reflexão.

Rancière, ao observar o que chamamos comumente pelo nome de política – “o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades”, bem como “a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” -, vai propor dar um outro nome a essa distribuição e sistema de legitimações: “proponho chamá-la de polícia” (Idem, p. 41). Aqui temos polícia como algo mais abrangente do que um simples aparelho de repressão do Estado.

Rancièrè considera a atividade política como aquela que:

desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir um discurso o que só era ouvido como barulho. (RANCIÈRE, 1996, p. 42)

Nesse caso, não há política em tudo – sob pena de não haver em nada -, mas é necessário “lugar e formas para o encontro entre dois processos heterogêneos” (idem, p. 43), ‘dois mundos’, um que busca denegar a parcela dos sem parcela - processo policial - e outro que se coloca como “conjunto aberto das práticas guiadas pela suposição de igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante e pela preocupação de averiguar essa igualdade” (Ibidem, p. 43) - processo da igualdade. A democracia é, podemos dizer, a forma de apropriação do bem comum – a liberdade - por parte dos sem parcela (RANCIÈRE, 2014) e, para que “haja política, é preciso que o vazio apolítico da igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa produza o vazio de uma propriedade política como a liberdade do demos ateniense” (RANCIÈRE, 1996, p. 46).

Como ponto de chegada para esta seção, retomamos a afirmação de Fernando O. Assunção, historiador uruguaio – lembrando que para os uruguaio *e/ gaúcho* é uma figura nacional – onde, ao introduzir obra que tem sua edição após o golpe militar ocorrido em 1973 naquele país, ele nega algumas leituras sobre essa identificação:

El gaucho es el producto axial de la cultura de la zona litoral platense, de la que fue epicentro geográfico nuestro actual territorio nacional. No fue, ni pudo ser jamás, el marginal que han pretendido señalar, en llamativa coincidencia, los tecnócratas agraristas, ultras en su teorización mercantilista, y los escribas de la ‘intelligentzia’ marxista-leninista, zurdos de entre casa, con la verborrea clásica del materialismo dialéctico. (ASSUNÇÃO, 1978, p. 9)

Se consideramos o gaúcho como sujeito político, no sentido de uma aproximação da reflexão de Rancièrè, podemos reconhecer que seu nome - assim como o que configura modernamente o proletariado - não tem, antes do dano que esse nome expõe (dano enquanto “modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade assume figura política” (RANCIÈRE, 1996, p. 51),

nenhuma existência como parte real da sociedade. Assim, o dano que ele expõe não poderia ser regulado sob a forma de um acordo entre partes. Ele não pode ser regulado porque os sujeitos que o dano político põe em jogo não são entidades às quais ocorreria acidentalmente esse ou aquele dano,

mas sujeitos, cuja própria existência é o modo de manifestação desse dano.
(RANCIÈRE, 1996, p. 51)

Não se trata apenas de um problema de palavra, entender a mesma palavra de maneira diferente, mas sim “sobre a própria situação dos que falam” (Idem, p.13). Por fim, há polícia e há político, pois o gaúcho, o sujeito gaúcho, apesar das tentativas de administração da palavra, pode vir a causar o dano que deixa ver o que está invisível, espaço da divisão, em um movimento que desestabiliza a ordem do discurso.

A imprensa, ao explorar seus efeitos de objetividade na construção de referenciais, vai atuar enquanto espaço que “trata” os danos do político, configurando-se como polícia, espaço que distribui funções e legitima sentidos para o “ser” gaúcho.

**PARTE III: ANÁLISE DO DISCURSO
JORNALÍSTICO SOBRE O GAÚCHO**

1 Instituinto nosso corpus de pesquisa: *do referencial teórico ao dispositivo analítico*

A construção dos referenciais sobre o gaúcho pelo jornalístico, no processo de estabilização dos sentidos para essa figura identitária, vai ser observada em nosso trabalho a partir de um movimento que se desenvolve em nossa problemática: *como se constituem as práticas discursivas sobre o gaúcho em tempos de censura?*

Se os sentidos indesejados para gaúcho – mesmo que silenciados – podem fazer parte de uma memória, ou seja, são sentidos que podem retornar a qualquer momento, uma vez que são constitutivos do eixo do dizível, o discurso jornalístico, ao saturar suas colunas com dizeres da formação discursiva dominante, pode acabar trazendo saberes da formação discursiva antagônica, saberes a serem refutados.

O ano de 1964, que delimita inicialmente o período histórico no qual efetuamos um recorte a fim de observar a constituição das práticas discursivas, não deve ser considerado como uma ligação empírica dos fatos históricos, mas uma delimitação que se dá teoricamente pela maneira como consideramos a censura: como interdição dos sujeitos em determinadas formações discursivas, conforme observamos anteriormente com Orlandi (2007).

Nosso primeiro movimento para a delimitação-formação de um *corpus* de pesquisa dá-se, então, na relação com nossa questão problema. Ao colocarmos em evidência a interpretação de discursividades produzidas pelo jornalístico sobre o gaúcho - observando a constituição dos processos discursivos naqueles anos, nos quais a prática jornalística esteve ainda mais ajustada à ordem do dia, com os efeitos da recrudescência do estado autoritário -, acabamos por realizar recortes que se tornam imprescindíveis na constituição de nosso *corpus*. Tal mobilização exigiu também, a escolha/a definição/a de determinadas noções, porquanto “decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas” (ORLANDI, 2013, p. 63).

Temos, enquanto *corpus* de análise, sequências discursivas de exemplares do Jornal Zero Hora, pois elas nos possibilitam pensar a constituição das práticas discursivas sobre o gaúcho naquelas condições de produção. Assim, as sequências discursivas mobilizadas em nosso trabalho são determinadas por nossos objetivos de pesquisa, constituindo a especificidade de nosso gesto de leitura, já que,

considerando nosso arquivo, diferentes questões possibilitariam diferentes corpus de análise.

São dez sequências discursivas que nos ajudam a compreender como se constituem as práticas discursivas sobre o gaúcho, observando como se estabelece a tentativa de se ter o controle de qualquer ameaça à ordem dominante, o que significa dizer, em relação ao gaúcho dentro-da-lei, que “a dominação da ideologia jurídica introduz [...] por meio de seu universalismo, uma barreira política invisível, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista” (PÊCHEUX, [1980] 1990, p. 11).

Devemos pontuar que temos, em Análise de Discurso, um rompimento com a ilusão de originalidade de um trabalho de pesquisa – pois sempre há um outro que já pensou, mesmo que de outro lugar teórico, as questões que colocamos em nosso trabalho. No que diz respeito aos documentos para o desenvolvimento dessas questões, não podem ser considerados, discursivamente, como o lugar de origem dos sentidos – no caso sobre o gaúcho – mas sim como um dos espaços que possibilitam a observação de práticas discursivas, lugares de produção e reprodução de sentidos.

Para a constituição de nosso arquivo, tal como coloca Pêcheux (1994, p.55), precisamos ousar pensar por nós mesmos, em um movimento de desprendimento do produto que as evidências jornalísticas nos impõe, pois, se aceitamos “o simples e o confortável, corre-se o risco de se perder a oportunidade de ver o espetáculo da revelação do complexo”, no “cuidado em se analisar produtos, fica de lado a possibilidade de se compreender os processos” (PETRI, 2000, p. 124).

A “divisão entre gêneros textuais, embora seja interessante para a definição de normas de produção do texto jornalístico, não se coloca discursivamente [...]” (DELA SILVA, 2008, p. 40), pois a classificação entre tipologias textuais, dos espaços formais que constituem as partes de um jornal – editorial, opinião, coluna diária, etc. foi construída historicamente pelo movimento de constituição do espaço jornalístico – constituem um já-lá, um saber já dado sobre a imprensa; espaços que já estão normalizados para o leitor do jornal (reconhecidos pelos leitores), como se sempre tivesse sido assim e só assim poderia existir.

Interessa-nos observar como o sujeito enunciador - locutor jornalista - relaciona-se com as regiões do dizer, considerando as relações que determinam as

práticas jornalísticas: sejam as imposições da censura, sejam os pontos a serem reproduzidos no próprio fazer da imprensa.

Essa relação do locutor jornalista com o lugar de onde diz é o ponto no qual a imprensa realiza um efeito de individualização do sujeito, já que, na sua concepção de linguagem sem equívocos - clara e objetiva, a servir para a comunicação de informações - já está posto que o não seguir as normas de escrita do jornalístico é um problema do narrador jornalista. Há um trabalho coercitivo no que diz respeito ao locutor jornalista, como forma de um higienizar as práticas discursivas, obrigando esse sujeito a uma identificação com os “defensores da legalidade”.

A cena enunciativa, o eu-aqui-agora do fazer jornalístico, é deslocado na busca da estabilização dos sentidos, de maneira a fazer entrar em funcionamento o interdiscurso da formação discursiva dominante. Como observamos em nosso trabalho, as práticas do discurso jornalístico não podem se contrapor aos pilares do capitalismo ocidental: o cristianismo, os Estados, a propriedade privada e os bons costumes (MARIANI, 1996).

Começamos explicitando que consideramos textos que estavam em circulação durante o mês de setembro dos anos iniciais do regime ditatorial (de 1964 a 1969), já que o objetivo de buscar a constituição de um arquivo bem específico impõe-nos, na ordem discursiva dos nomes ‘a saber’ e das datas ‘a comemorar’, que há uma pré-disposição a dizer o gaúcho nas semanas que antecedem as comemorações da então recém instituída Semana Farroupilha²⁹.

Nossa primeira consideração analítica, na própria formação de nosso *corpus* de trabalho, possibilita-nos um identificar o funcionamento do discurso jornalístico: lugar dos sentidos estabilizados, em um movimento de constituição de uma rede de discursos sobre – discursos que produzem um efeito de apagamento do político, na produção de evidências.

No que diz respeito ao gaúcho, o discurso jornalístico vai sobrepor os sentidos do mito que, no início dos anos sessenta, logo após o golpe militar, servem como lugar de idealização, na apropriação do imaginário do centauro dos pampas, no exaltar o produto de processos que se significam ao longo de séculos na região sul do Brasil. Podemos, então, explicitar alguns procedimentos que realizamos na constituição de nosso dispositivo de análise.

²⁹ Comemorações regulamentadas em 1964 e que dizem respeito aos sete dias que antecedem o dia 20 de setembro.

Uma primeira etapa que, ao colocarmos em suspenso as práticas idealistas sobre o gaúcho, já possibilita a quebra da aparente estabilidade dos sentidos, em um movimento que, como coloca Orlandi (2013, p.77), desnaturaliza a “relação palavra-coisa”.

Ao trabalharmos a superfície linguística, identificamos uma regularidade que nos possibilita passar aos objetos discursivos, sendo esse acesso, portanto, o começo de nossas observações nos processos de significação que nos remetem às formações discursivas em questão.

Em seguida, buscamos relacionar as diferentes formações discursivas com as respectivas formações ideológicas que administram essas relações, sendo esse o ponto onde atingimos “a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos naquele material simbólico” (ORLANDI, 2013, p. 78), de cuja formulação partimos.

Trabalhar o discursivo, o movimento dos sentidos, exige um levar em conta do inesperado, a falta, já que uma “mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva” (Idem, p. 60).

Nossos recortes dão-se de maneira a trabalharmos na identificação das diferentes formações discursivas e dos diferentes saberes que aí se atravessam, já que a inscrição dos sujeitos nessas regiões vai constituir a forma sujeito do discurso – sempre colocado em relação à forma sujeito histórico. Quando os indivíduos são interpelados em ocupar um lugar na formação social – e todos o são – tornam-se sujeitos, sendo o efeito ideológico, a inscrição em uma formação ideológica, aquele que faz o mundo das coisas ter sentido.

Esse movimento teórico vai nos possibilitar observar as tomadas de posição, posição sujeito, no confronto, na luta pela significação sobre o gaúcho no/pelo discurso jornalístico.

A ilusão de referencialidade do discurso jornalístico vai produzir efeitos a partir do que observamos como os esquecimentos pontuados por Pêcheux: o sujeito, ao enunciar, ou seja, ao tomar a palavra para si, acaba por se inscrever em uma formação discursiva que vai produzir um “tecido de evidências subjetivas” (PÊCHEUX, 2009, p. 139), sendo tal processo constitutivo do sujeito, a forma-sujeito do discurso.

Ao organizar uma memória a partir de uma identificação com o universal do sujeito ocidental, em uma sociedade capitalista, a imprensa impõe esse mundo como o único, uma específica leitura aceitável, pois é a única que não põe em cheque a própria constituição desse mundo. Deparamo-nos com a maneira como se (re)organiza a 'política' burguesa no século XIX, ou seja, como, amparando-se nessa unidade formal do Direito, a burguesia acaba proclamando

o ideal de igualdade frente à língua como uma das condições efetivas da liberdade dos cidadãos, organizando simultaneamente uma desigualdade real, estruturalmente reproduzida por uma divisão no ensino da língua e da gramática. (PÊCHEUX, 1990, p. 11)

Em nossa atividade, ao afirmarmos a nossa filiação à Análise de Discurso francesa e, assim, em uma inscrição materialista, acabamos por realizar um corte, um rompimento com as evidências do discurso jornalístico, pois essa "base materialista estilhaça os pré-construídos que determinam as práticas discursivas bem como sustentam o imaginário do sujeito ocidental" (MARIANI, 1996, p. 188).

Passaremos agora às análises do discurso jornalístico sobre o gaúcho, buscando um rompimento com os pressupostos estáveis para essa figura identitária a partir de nossas observações nos processos de produção de sentidos.

2 Construindo as análises

2.1 Constituição das práticas discursivas sobre o gaúcho em tempos de censura

Gaúcho, centauro dos pampas, gaúcho a pé, eis as designações para gaúcho: de gaúcho fora-da-lei a sul-riograndense; o desentendimento que o nome dos sem nome instaura quando de sua re-significação. Os cascos dos centauros deslizam no asfalto: uma imagem vem-nos à memória, os cavalos a deslizarem no asfalto, na repressão às manifestações contra a ditadura. Da mesma maneira que podemos ouvir o som das ferraduras nos desfiles de 20 de setembro³⁰.

De uma liberdade idealizada, o gaúcho livre no pampa, à livre iniciativa, a liberdade para consumir. Se as atividades que se desenvolvem nos Centro de Tradições Gaúchas constituem um imaginário de gaúcho a ser consumido, a ser exaltado, comemorado, negando a constituição do sujeito junto ao outro – negação da alteridade - como vai se dar essa identificação? Que deslizos podemos observar na apropriação do imaginário sobre o gaúcho pela oficialidade do Estado, discursivizado na imprensa?

Estaremos analisando as práticas discursivas sobre o gaúcho na imprensa a partir de recortes que efetuamos em nosso arquivo, sendo que vamos selecionar, a partir desses recortes, sequências discursivas pertinentes ao nosso trabalho. Para uma melhor visualização de nosso arquivo de pesquisa, listamos abaixo, numa ordem cronológica, os textos considerados para a sua constituição:

- A. ““Evocação de Heróis na Semana Farroupilha”, *Zero Hora*, 12 de setembro de 1964
- B. “Começou ‘Semana Farroupilha’”, *Zero Hora*, 14 de setembro de 1964
- C. “20 de Setembro” (Dante de Laytano), *Zero Hora*, 19 de setembro de 1964
- D. “Rio Grande, Primo Pobre”, *Zero Hora*, 21 de setembro de 1964
- E. “Definição do Gaúcho” (José Fernando Carneiro), *Zero Hora*, 20 de setembro de 1967
- F. “Pôrto Alegre e o Laçador” (Paulo Amorim), *Zero Hora*, 13 de setembro de 1969.

³⁰ Achamos necessária a observação sobre a data conhecida como dia do gaúcho: inicialmente promulgada como acontecendo no 20 de abril, data da instalação da Assembleia Provincial Constituinte, em 1835 (lei estadual nº 8.019 de julho de 1985), somente em 1991 (lei nº 9.405 de outubro) é que ela é ‘transferida’ para o dia 20 de setembro.

G. “Assim é o Rio Grande” (Athos de Vasconcelos), *Zero Hora*, 20 de setembro de 1969.

Não ficamos presos à determinação do período histórico delimitado, em um movimento que deixa ver a despreensão de uma ideia de todo (acabado). Encontrase aí a nossa justificativa para a não aparição de textos dos anos de 65, 66 e 68, visto que estabelecemos nossas escolhas junto ao arquivo, a partir do grau de pertinência em relação aos nossos objetivos.

2.2 Entre uma ‘Revolução Farroupilha’ e uma ‘Revolução’³¹ (?) ‘em’ 1964’

Observamos, nos primeiros recortes que mobilizamos em nossas análises, que os dizeres sobre o gaúcho no ano de 1964 vão aparecer, principalmente, na divulgação dos eventos oficiais, na comemoração do que os ideólogos dos Centros de Tradições Gaúchas consideram o acontecimento a ser lembrado e relembrado nos diferentes espaços da sociedade: a Revolução Farroupilha.

Vamos pensar, a partir das marcas que o discurso jornalístico estabelece, na sua leitura dos fatos - em outras palavras, do produto-informação a ser vendido/dado como estabilizado no interior de um grupo social bem específico -, pontos de estabilização em funcionamento para o dizer gaúcho, as palavras de ordem que colocam o gaúcho *dentro da lei*. O triunfo do avesso, de sul rio-grandense a gaúcho, – além de possibilitar um efeito de igualdade - na interpelação dos indivíduos em sujeitos, pois “todo gaúcho é...” -, deve também, na estruturação do capital, vir a ser uma importante peça na engrenagem do mercado, já que os corpos precisam ser administrados.

O modo como a imprensa organiza a memória, na apropriação do imaginário sobre o gaúcho, em um efeito de homogeneidade, como se só fosse possível dizer o gaúcho à sua maneira, numa imposição dos sentidos pertinentes aos que detém o modo de produção, deixa ver, no confronto com o objeto simbólico que analisamos, a relação do sujeito com sua memória.

Se o sujeito gaúcho “não pode ser todo e qualquer sujeito e sim aquele determinado pelos acontecimentos que marcaram uma época e construíram o

³¹ O ponto de interrogação colocado entre parênteses significa que não compactuamos com tal denominação para o Golpe Militar de 1964; usamos a palavra “revolução” para estabelecer o paralelismo pertinente às nossas análises.

imaginário do/sobre o gaúcho” (SCHERER, 2006, p. 20), como a imprensa vai trabalhar na formação de consensos nesse processo identitário? Podemos trazer à baila nossas primeiras sequências discursivas:

(Figura 03: Jornal Zero Hora, 12 de setembro de 1964)³²

(Figura 04: Jornal Zero Hora, 14 de setembro de 1964)

³² Sempre que legíveis, nossos recortes aparecerão sob a forma de fac-símiles. Os demais apresentarão somente a transcrição nas respectivas sequências discursivas.

2.3 Evocação de Heróis na Semana Farroupilha

(SD1)

Evocação de Heróis na **SEMANA FARROUPILHA** / 12 a 20 de setembro / promoção da TV e RÁDIO GAÚCHA / Homenagem de ULTRALAR e WALLIG – O FOGÃO – a ULTRAGAZ / PROGRAMA [...] Acendimento da chama crioula, frente ao Palácio Piratini pelo Sr. Governador do Estado [...] Baile de Confraternização no Ginásio Universidade da Brigada Militar

(Nota de pé de página, ZH, 12/09/64)

Observando as instituições que ocupam o lugar de organizadoras do evento “Semana Farroupilha”. Presente em nossa primeira sequência discursiva, encontramos, além da “TV e Rádio Gaúcha”, a ULTRAGAZ. É interessante pontuar que o jornal Zero Hora possui uma relação muito próxima com os primeiros, “TV e Rádio Gaúcha”, tanto que, posteriormente, em 1970, essas seriam anexadas ao mesmo grupo de empresários, formalizando/configurando “grupo RBS”³³). Já o patrocinador, ULTRAGAZ, em sua relação com o regime autoritário, estabelecido no golpe civil-militar de 1964, dele participa, financiando modelos de repressão³⁴, destinado à coerção, perseguição e tortura daqueles que se opunham ao governo instaurado³⁵. Essas relações que se estabelecem no entorno dos interesses de um grupo oligárquico local, vão, ao (re)produzirem determinados sentidos para o gaúcho, inscrever-se à formação discursiva dominante naquela conjuntura: regiões do dizer que podem e devem impor o mito do gaúcho.

Nas suas práticas discursivas assumem como que o lugar dos donos do tempo: é tão necessária a imposição dessa leitura – comemorar o ‘ser’ gaúcho, a pátria do passado – que a Semana Farroupilha não possui sete dias, mas, indo de “12 a 20 de setembro”, como o convite apresenta, vai ser de nove dias, deixando ver que o tempo do passado tem maior espaço que o tempo presente nessa ordem do discurso. Os heróis do passado são capazes de um alargar do tempo, precisam - e merecem pela sua grandeza - de uma semana de nove dias.

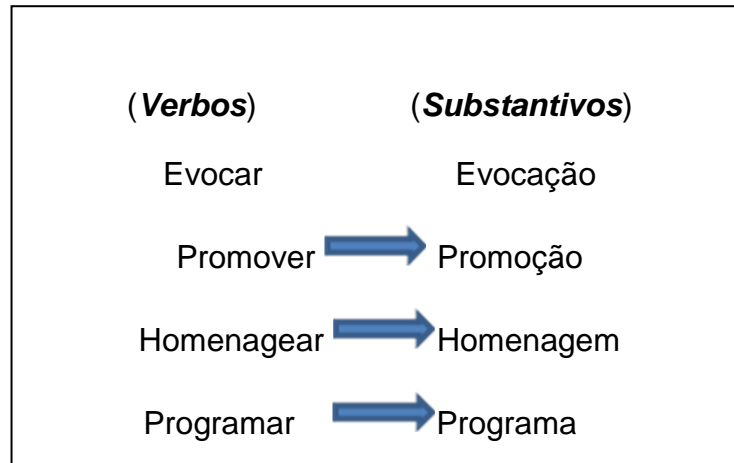
A forma quadrangular da nota-convite – como um aparelho televisor ou rádio – a conter dentro de si todos os eventos da Semana Farroupilha – tendo, como única saída, uma fenda aberta no quadro como que na direção daquele que

³³ A TV Gaúcha (atual RBS TV) era afiliada à Rede Globo desde o ano de 1967.

³⁴ A Operação Bandeirante, no final da década de 1960, é um “exemplo” disso..

³⁵ Como explora o documentário **CIDADÃO BOILESEN**. Documentário sob direção de Chaim Litewski. Brasil, 2009.

passivamente, no seu sofá, assiste ao(s) “programa”(s): TV Gaúcha, Rádio Gaúcha, Hoje – “Transmissão Simultânea” - Amanhã. Os gaúchos’ não precisam sair de casa para gozarem das honrarias do rememoração dos seus heróis. Essa passividade está marcada linguisticamente na não presença de verbos no convite:



O sintagma nominal “Evocação de heróis” deixa ver uma maneira de ler a história, de modo que não se pensa no presente a partir de uma relação com o passado, considerando as diferentes condições de produção, mas, como podemos observar nessa sequência discursiva, o discurso jornalístico nega a interlocução, apaga o político.

“Evocação de heróis” retoma sentidos pertencentes a outras formações discursivas, como o discurso religioso e/ou mitológico – no “evocar espíritos” do passado, mas também possibilita nossa observação no funcionamento jurídico: enquanto “mudança de tribunal”³⁶. O centauro dos pampas desliza no asfalto, de não-urbano a urbano: chamado a ocupar um lugar pré-estabelecido, um lugar para o(s) sem lugar.

O ritual de acendimento da “Chama Crioula [...] frente ao Palácio Piratini pelo Sr. Governador do Estado” complementa como ponto referencial para a abertura e também para o encerramento das comemorações. Esse ritual aparece como que naturalizado, na ordem do discurso, e se perpetua junto à oficialidade do Estado³⁷. Os tradicionalistas buscam reforçar, nesse simbolismo, um trazer à memória a luta dos farrapos, sendo que a chama percorre todo o interior do estado, em atividade devidamente regulada pelo MTG. Crioulo, nesse caso, designa o que é natural do

³⁶ Dicionário Houaiss (2007)

³⁷ Essa prática vêm sendo mantida pela oficialidade do Estado até os dias de hoje.

próprio estado, determinando os sentidos para aquele que nasce no Rio Grande do Sul.

A imagem em destaque nesse recorte (ver figura 3) mostra a estátua do laçador, monumento inaugurado nos anos cinquenta, que tem na sua realização o ideal do gaúcho³⁸. O interessante é que tal monumento – e podemos, retomando o trabalho de Brust (2013, p.74), considerar monumento como um discurso que individualiza, comportando “em si uma dimensão sócio-política que se articula ao simbólico”, em um primeiro momento, foi posicionado em uma das principais vias de acesso do sentido interior-capital do estado, na avenida Farrapos. A maneira como o urbano interpela e direciona - sabendo que esse ritual está sujeito a falhas - para uma posição-sujeito definida, ou seja, capital do Rio Grande do Sul, capital dos gaúchos como evidência última e irrefutável. Retomando o que já havíamos observado em nosso trabalho, as evidências na relação palavra-coisa são efetivadas pelo funcionamento da ideologia, sendo que a organização das formações ideológicas se dá sempre em relação à dominante (PÊCHEUX, 1990). Nesse caso, a ideologia jurídica do Estado de exceção produz efeitos de estabilização, de maneira a propiciar a manutenção dos negócios comuns da oligarquia local.

2.4 “Onde’ os costumes do gaúcho são lembrados”

(SD2)

Começou “Semana Farroupilha” / Com a realização de um espetáculo folclórico, ontem à tarde, no Auditório Araújo Vianna, e o cumprimento do “Roteiro Histórico”, pela “Chama Crioula”, à noite, tiveram início oficial as comemorações da “Semana Farroupilha”, que culminarão com as festividades do dia 20 próximo, data magna da História do Rio Grande do Sul. / Sábado foi acêsa a “Chama Crioula”, pelo governador Ildo Meneghetti, tendo sido iniciada, também, a corrida das centelhas crioulas, para as diversas localidades do Interior gaúcho e alguns municípios de Santa Catarina e Paraná integrados no espírito farroupilha. / [...] ROTEIRO HISTÓRICO [...] Em todos estes locais, foram desdobradas cerimônias especiais, tendo a “Chama” sido conduzida entre um e outro ponto histórico, por tradicionalistas das diferentes origens, responsáveis pela formação étnica gaúcha. / À Zero Hora, o “Candeeiro Farroupilha” foi acêso pelo governador Meneghetti, no Monumento a Bento Gonçalves. / Tradicionalistas montaram uma barraca onde os costumes do gaúcho são lembrados.

(ZH, 14/09/64)

³⁸ A estátua foi produzida pelo mesmo escultor que havia desenvolvido o monumento a Bento Gonçalves, algumas décadas antes: Antônio Caringi (1905-1981). Paixão Côrtes, um dos ideólogos do MTG, serviu como ‘imagem ideal a ganhar forma’. Retomaremos alguns pontos acerca do monumento ‘laçador’ na SD 10.

Nossa segunda sequência discursiva apresenta como regularidade o uso das aspas: “Semana Farroupilha”; “Roteiro Histórico”; “Chama Crioula”. As aspas podem ser aqui um indicativo de estranhamento por parte do sujeito jornalista que produz, como que um distanciamento da nomeação mobilizada, com o já-dado sobre o gaúcho.

Precisamos lembrar que a lei que oficializa a Semana Farroupilha foi instituída posteriormente, em dezembro de 1964. Esse estranhamento pode romper com a ordem discursiva, sobretudo, por marcar outro lugar possível, no caso, certo ceticismo ou certo desconforto por parte do sujeito jornalista, que, com o uso de aspas, expõe a ainda frágil legitimidade das atividades então “promovidas”.

A “Chama Crioula”, nesta segunda sequência discursiva, está, na reprodução dos rituais de comemoração, a percorrer o que se coloca como “Roteiro Histórico”. Como observamos na sequência discursiva anterior, encontramos na estátua do laçador como que uma chamada do Estado para uma determinada posição-sujeito a ser ocupada pelo sujeito que, vindo dos diferentes rincões do interior do Rio Grande do Sul, vai se deparar com um núcleo de estabilidade dos sentidos, como que forçando uma identificação com o que a leitura urbana do gaúcho, desenvolvidas pelos ideólogos do MTG, apresenta.

O grupo social extinto já há décadas – pela imposição das cercas – agora, em outra conjuntura, onde a manutenção de latifúndios pelos antigos estancieiros desencadeia um êxodo para as periferias urbanas por parte dos trabalhadores rurais, vai “dar” seu nome a todos. O processo de apropriação do nome dos sem nome deu-se através daqueles que os submeteram ao desaparecimento, em um movimento de re-significação que exploramos na segunda parte de nosso trabalho.

A rota estabelecida pelos tradicionalistas para a “Chama Crioula” já possibilita uma observação de uma relação com a cidade, ou seja, com os espaços a serem preenchidos a partir de certa ordem. Como sabemos, os rituais falham. Por mais que essa língua de Estado esteja se ocupando de organizar o heterogêneo da memória – no “cumprimento de” - há um silêncio que significa no não dizer, no calar, mas também há o silêncio que significa por si e de sua maneira (ORLANDI, 2007).

Os efeitos de evidência da leitura que se propõe como histórica pelos tradicionalistas, ao ser mobilizado pelo discurso jornalístico, apresenta, na escolha que faz dos itens lexicais, alguns pontos que podemos explorar. A palavra gaúcho aparece, em um primeiro momento, para designar o território sul-rio-grandense:

“*diversas localidades do Interior gaúcho*”. Os contornos do território, amparado enquanto Estado de direito, com suas fronteiras bem delimitadas, produzindo um sentido de determinação junto ao espaço: gaúcho-sul-rio-grandense; gaúcho é aquele que nasce no território do Rio Grande do Sul. Comparemos como a imprensa mobiliza essa palavra em outro eixo de constituição, no fio discursivo: “Tradicionalistas montaram uma barraca, onde os costumes do gaúcho são relembrados”. Aqui a descrição também reforça os sentidos a serem (re)lembrados nas festividades sobre o gaúcho, a partir de uma memória oficial, onde se considera os costumes do gaúcho: ao determinar os sentidos para farroupilha e gaúcho, o discurso jornalístico evidencia - na imposição da parte com o todo, ou seja, na contradição de buscar afirmar o gaúcho como farroupilha - os efeitos de igualdade, determinando uma sociedade que não estaria, na sua leitura, em movimento.

2.5 “A mais extraordinária das revoluções de nosso amado Rio Grande”

Podemos explorar em nosso trabalho a maneira como o discurso jornalístico sobrecarrega semanticamente determinados itens lexicais – gaúcho, farroupilha, tradicionalistas – como uma forma de minar sentidos indesejáveis, pertencentes a outras regiões de dizer, que podem produzir sentidos diferentes para o processo de significação do sujeito gaúcho. Ainda em 1964, recortamos o texto “20 de Setembro”, agora assinado e em coluna diária, de onde exploramos a seguinte sequência discursiva:

(SD3)

20 de Setembro / A tomada de Pôrto Alegre pelas forças farroupilhas, na madrugada de 20 de setembro de 1835, deu início ao *ciclo histórico de dez anos de implantação dos sentimentos liberais de uma revolução romântica daqueles bravos, destemidos e valentes gaúchos que sonharam com uma pátria feliz.* / [...] Futuro presidente da República do Rio Grande, Gomes Jardim, natural de Santo Amaro, prócer destacado do regimento, foi um dos três presidentes da República. Os outros dois: Bento Gonçalves, está claro e Mariano de Matos, militar erudito, que terminou Ministro da Guerra de D. Pedro II. Ainda existem o cipreste e casa de Gomes Jardim em Guaíba, centro de romaria cívica dos defensores da tradição, amantes do passado. / [...] A outra guarnição era o 4º RC comandado por João Manoel de Lima e Silva, que teve papel saliente na revolução e veio morrer cedo. Era fluminense e tio do futuro Duque de Caxias. O que mostra que o movimento não se fazia, contra o Brasil, idéia absurda e inadmissível. *A participação de irmãos de todas as províncias queria dizer que a revolução defendia princípios que tinha adeptos no país inteiro. Bento Gonçalves com o estado maior, saiu de seu Quartel General [...] e, partindo justamente, onde se encontra sua bela estátua, consagração no bronze da história, à frente das tropas fiéis, entrou triunfalmente, na manhã de 20 de setembro de 1835, em Pôrto Alegre, que festejou a mais extraordinária das revoluções do nosso amado Rio Grande.*

(Assina Dante de Laytano. ZH, 19/09/64*)

*O texto completo está em nossos anexos (grifos nossos).

Podemos começar observando que o sujeito jornalista, ao assinar o texto a ser analisado, ocupa, em 1964, o lugar de presidente-editor no jornal Zero Hora. Além disso, costuma estar listado, por diferentes historiadores, a exemplo de PESAVENTO (1985), como fazendo parte dos ideólogos do tradicionalismo, tendo, dentre suas produções, obras que pontuam as “coisas-a-saber” do gauchismo. Desse lugar de identificação, podemos observar, nos dizeres explicativos do sujeito jornalista, as práticas discursivas necessárias na/para a manutenção de uma referencialidade sobre o gaúcho. Essa ilusão referencial faz com que o sujeito jornalista sintam-se dono do seu dizer, a expor os referidos e reiterados fatos e nomes da história que considera ser a verdadeira. O espaço da imprensa é exatamente o espaço da venda de verdades legitimadas e acabadas enquanto informação. Jamais encontraríamos, em uma coluna de jornal ou em um de seus canais midiáticos, a pergunta “o que pensa sobre isso?”, salvo as situações em que a palavra de ordem já está pré-estabelecida.

Não são espaços para que se pense um processo, retomando o que já dissemos anteriormente: são lugares de um já-dito, de um já processado, conforme as necessidades de um fazer sentido direcionado. Com esses apontamentos, o gaúcho, extinto enquanto tipo social, corre os riscos de uma segunda morte, na apropriação no seu nome: “morte climatizada que querem nos vender com o nome de futuro” (CORTÁZAR, 2012³⁹). O futuro da modernidade climatizada de que nos fala Cortázar é o mundo das vitrinas farroupilhas, dos prêmios para os gaúchos honorários⁴⁰.

Os rituais a serem reproduzidos nos centros tradicionalistas colaboram na manutenção de uma organização social desigual, ao fornecer a ilusão de igualdade que a apropriação do nome estabelece. Os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído fornecem a matéria-prima, onde o sujeito constitui-se como sujeito falante, com a formação discursiva que o assujeita (PÊCHEUX, 2009). O discurso jornalístico funciona em uma relação com o já-dado de uma forma constitutiva do fazer jornalismo. Tomemos como ponto de observação a maneira como os elementos substituíveis organizam-se no fio do discurso:

³⁹ “Vous êtes la guérilla contre la mort climatisée qu’on veut vous vendre sous le nom d’avenir”.

⁴⁰ O jornal Zero Hora, durante os anos 60, conjuntamente com o MTG e com o governo estadual, promoviam concursos anuais para a vitrina farroupilha (mais a ‘caráter’), bem como nomeava os ‘gaúchos honorários’ (não nascidos no Rio Grande de Sul, mas que por suas ‘boas ações’ à comunidade gaúcha recebiam tal ‘prêmio’).

A tomada de Pôrto Alegre pelas *forças farroupilhas*, na madrugada de 20 de setembro de 1835, deu início ao ciclo histórico dos dez anos de implantação dos sentimentos liberais de uma revolução romântica daqueles *bravos, destemidos e valentes gaúchos* que sonharam com uma pátria feliz. (grifos nossos)

Onde podemos,

Forças Farroupilhas = X

X= bravos, destemidos e valentes gaúchos

Ao inscrever-se na formação discursiva dominante - que busca a identificação do gaúcho enquanto uma totalidade idealizada - o sujeito jornalista, na delimitação da leitura que realiza, coloca como equivalentes gaúchos e farroupilhas, em um movimento que apaga os diferentes grupos sociais que constituíam os exércitos farrapos. Os pontos reiterados no efeito de linearidade e homogeneidade da memória que o discurso jornalístico produz seguem um trabalho de estabilização dos sentidos para o(s) gaúcho(s). Há também um movimento na determinação do nome revolução: dizer revolução no ano de 1964 remete-nos a outro movimento de apropriação. O governo autoritário instaurado naquele mesmo ano autodenominava o golpe como revolução. Aqui temos a afirmação de uma “revolução romântica”, com “sentimentos liberais”, “a mais extraordinária das revoluções do nosso amado Rio Grande”. Os sentimentos liberais aqui observados configuram a palavra de ordem para uma pátria feliz, entrelaçando uma leitura onde todos só têm a ganhar.

A partir da ilusão de uma leitura literal dos acontecimentos, o discurso jornalístico apresenta, em um encadeamento cronológico, os nomes da história. Vejamos as adjetivações para esses nomes: “pôrto-alegrense ilustre, descendente das famílias Silveira, Casado e Canto, ligados à fundação da Capitania”; “eminente filho da evocativa cidade de Triunfo”; “prócer destacado”.

Essa saturação delimita, a partir de um dizer atual, uma interpretação que nega o embate que a apropriação do nome gaúcho acaba por instaurar. Essa determinação discursiva funciona como forma de legitimar não só os farroupilhas, mas também aqueles que, naquele momento, defendem o tradicionalismo: “defensores da tradição, amantes do passado”. O sentimento liberal lido a partir dessa formação discursiva dominante pode estar retomando sentidos dos liberais do século XIX, que pensavam uma sociedade onde “há apenas chefes e subordinados, pessoas de bem e pessoas de nada, elites e multidões, peritos e ignorantes” (RANCIÈRE, 1995, p. 29).

A perspectiva enunciativa impessoal assumida no discurso jornalístico expõe seu funcionamento na institucionalização dos sentidos, a partir de certo posicionamento, uma anexação ao discurso científico positivista, na busca de seus efeitos de verdade, como podemos observar também, na sequência discursiva seguinte.

2.6 “Rio Grande, Primo Pobre”

(SD4)

Rio Grande, Primo Pobre / O conselheiro Grieco, coordenador da Aliança Para o Progresso no Brasil, e que ora está em Pôrto Alegre, acompanhando o Embaixador Lincoln Gordon e o Ministro Roberto Campos, comentou a diversas pessoas, neste movimentado fim-de-semana oficial, que estranha a atitude do governo gaúcho, que ao contrário dos de outros Estados da federação tem feito escassas solicitações de auxílio àquele órgão do governo americano. Ao que tudo indica a observação do conselheiro Grieco teria surtido efeito, pois o governador Ildo Meneghetti, já convidou o Embaixador dos States, para assistir como hóspede oficial do Rio Grande, a Festa da Uva, do próximo ano, quando então assinaria diversos convênios, tirando o nosso Estado da condição de legítimo primo pobre dos demais Estados do Brasil.

(ZH, 21/09/64)

Como podemos observar, nessa sequência discursiva, o discurso jornalístico coloca em circulação dizeres que retomam os sentidos da relação da parte com o todo: as relações conflituosas entre a oligarquia local do Rio Grande do Sul e o Império, tendo como principal argumento para os enfrentamentos da Revolução Farroupilha os impostos sobre o charque. A organização Aliança Para o Progresso, criada em 1961, pelo governo Kennedy⁴¹, buscava combater o comunismo na América Latina, numa preocupação com uma possível perda da hegemonia sobre a região após a revolução cubana. As relações de manutenção de uma determinada ordem podem ser observadas na presença de Lincoln Gordon, embaixador americano que auxiliava, sobretudo, através da imprensa, a difundir a interpretação da necessidade do golpe de 1964: essa leitura deu-se, sobretudo, a partir das reformas de base que o governo João Goulart sinalizava (MORAES, 2011). A delimitação do Rio Grande enquanto “primo pobre” deixa ver o olhar desde fora sobre o primo distante, do extremo sul, que pode sofrer as influências dos vizinhos inimigos, em uma retomada de um imaginário da corte, quando da guerra do Paraguai, por exemplo. Comparando dois pontos das sequências discursivas três e quatro, podemos trazer uma prática interessante:

⁴¹ Governo John F. Kennedy (1961-1963).

(SD 3)

A Participação de irmãos de todas as províncias queria dizer que a revolução defendia princípios que tinha adeptos no país inteiro.

(SD 4)

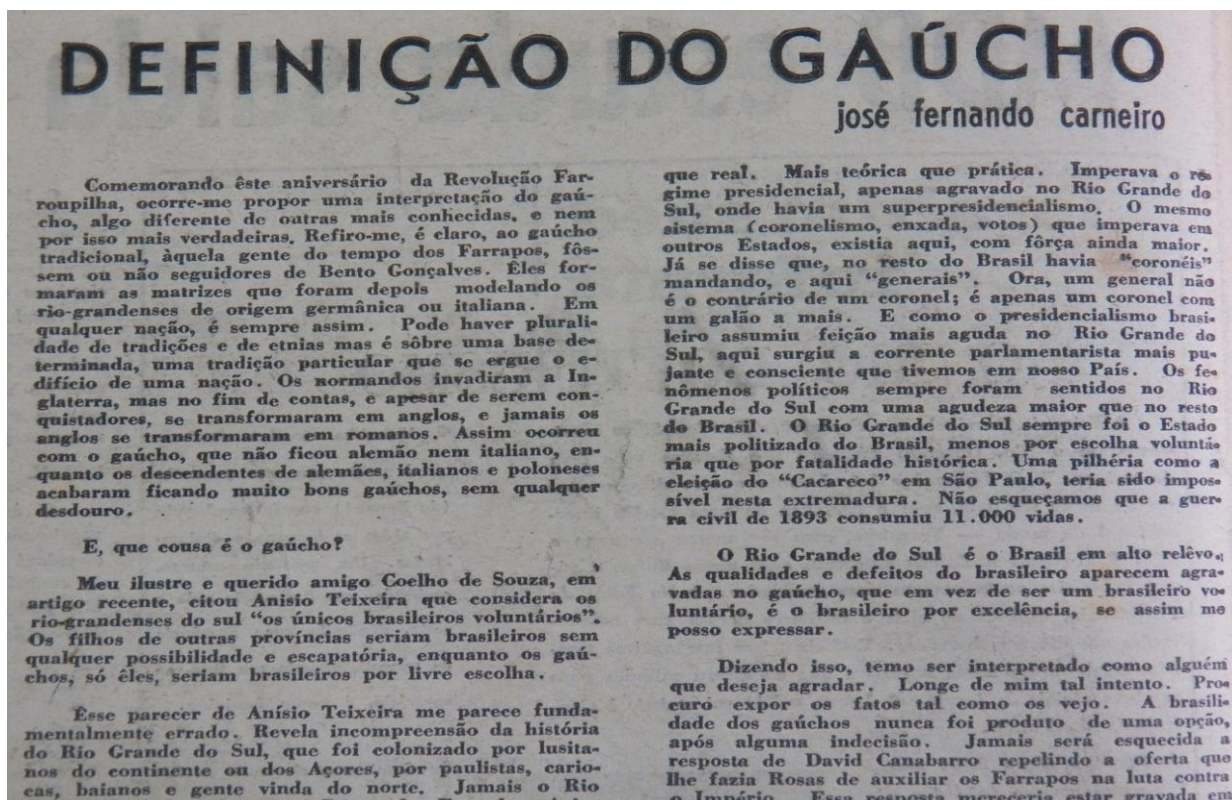
[...] quando então assinaria diversos convênios, tirando o nosso Estado da condição de legítimo primo pobre dos demais Estados do Brasil.

Se, na sequência discursiva número três, temos, na identificação de um olhar desde de dentro (de um sujeito afetado pelos acontecimentos do processo de significação do gaúcho), uma prática que nomeia os demais estados brasileiros por irmãos, na sequência número quatro, o olhar desde fora, na figura do coordenador da Aliança Para o Progresso no Brasil, o Rio Grande é o primo pobre. Enquanto um busca reforçar um imaginário de gaúcho brasileiro⁴², exaltando os feitos da oligarquia local, o outro busca explorar os sentidos do conflito ainda presentes em uma memória, de maneira a legitimar a adesão do governo estadual à opção capitalista. O discurso jornalístico, no caso do recorte “Rio Grande, Primo Pobre”, acaba por justificar a articulação do projeto norte-americano para sua hegemonia na América Latina, tomando para si a ordem do discurso capitalista.

Até aqui consideramos para nossas análises recortes efetuados no primeiro ano do estado de exceção, 1964. Como forma de ampliarmos nosso campo de observação das práticas discursivas, delimitamos nosso corte histórico até 1969. Os próximos recortes foram realizados nos anos de 1967 e 1969, onde vamos selecionar outras sequências discursivas.

2.7 “Refiro-me, é claro, ao gaúcho tradicional”

⁴² O linguajar do Gaúcho Brasileiro, obra de Dante de Laytano.



(Figura 05: Zero Hora, 20 de setembro de 1967⁴³)

O texto, assinado por José Fernando Carneiro, circulou no dia 20 de setembro de 1967, trazendo um reforçar de datas e pressupostos na relação do Rio Grande do Sul com o Brasil. Na ilusão de controle sobre os sentidos por parte do locutor jornalista - ilusão referencial do sujeito falante -, encontramos alguns pontos interessantes a serem considerados, principalmente, ao observarmos as comparações e as delimitações apresentadas em relação ao gaúcho. Começamos observando que temos aqui um texto produzido em primeira pessoa. O discurso jornalístico atua, nesses casos, com a responsabilização do sujeito-narrador-jornalista pelos seus dizeres, reduzindo a dimensão do político à dimensão do pessoal, como nos observa Mariani (1996).

Ao considerarmos esse tomar a palavra para si do sujeito falante, é importante ressaltarmos que situamos a autoria como tomadas de posição dos sujeitos. Temos aqui um olhar desde fora, já que José Fernando Carneiro⁴⁴ era médico nascido em Fortaleza, no Ceará, vindo parar no Rio Grande do Sul em 1951, a fim de fazer parte da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Trazemos uma

⁴³ A segunda parte do texto está em nossos anexos (anexo 4).

⁴⁴ As colocações movimentadas aqui sobre José Fernando Carneiro estão disponíveis no site: <http://www.academiademedicinars.com.br/curriculo-detalhe.php?idcurriculo=20> Acesso em: 16/04/2014.

primeira sequência discursiva para observarmos que imaginário de gaúcho está em funcionamento em seus dizeres:

(SD 6)

DEFINIÇÃO DO GAÚCHO / [...] ocorre-me propor uma interpretação do gaúcho [...] / Refiro-me, é claro, ao gaúcho tradicional, àquela gente do tempo dos Farrapos, fossem ou não seguidores de Bento Gonçalves / [...] O Rio Grande do Sul é o Brasil em alto relêvo As qualidades e defeitos do brasileiro aparecem agravadas no gaúcho, que em vez de ser um brasileiro voluntário, é o brasileiro por excelência, se assim posso me expressar / [...] Os normandos invadiram a Inglaterra, mas no fim de contas, e apesar de serem conquistadores, se transformaram em anglos, e jamais os anglos se transformaram em romanos. Assim ocorreu com o gaúcho, que não ficou alemão nem italiano, enquanto os descendentes de alemães, italianos e poloneses acabaram ficando muito bons gaúchos, sem qualquer desdouro. / E, que cousa é o gaúcho?

O que observamos no discurso sobre o gaúcho é a tentativa de controle dos sentidos, na delimitação de qual' gaúcho se está dizendo: “*gaúcho tradicional*”; “*àquela gente do tempo dos Farrapos*”; “*fossem ou não seguidores de Bento Gonçalves*”; como explicitamos na segunda parte de nosso trabalho, o tipo social gaúcho, o fora da lei, durante a Revolução Farroupilha, lutou de ambos os lados. Aqui, portanto, há uma suspensão do gaúcho, uma prática discursiva que acaba por retomar um saber pertencente à outra formação discursiva, de outra região de dizeres, pois pode desconstruir o mito, separando ‘Farrapos’ dos gaúchos, caminho contrário ao da constituição do triunfo do avesso – do sul-rio-grandense-gaúcho.

O que permite uma interpretação do gaúcho na imprensa está sempre limitado ao efeito referencial criado pelo discurso jornalístico, considerando sempre os “pilares sagrados” da estruturação capitalista. Observando as designações apresentadas, no retomar a determinação do gaúcho (retomada do produto – sul-rio-grandense-gaúcho), podemos pensar como se dá essa interpretação – no tratamento do político.

Ao mobilizar, em sua comparação, outros confrontos das partes para com o todo dos diferentes Estados-nação – Inglaterra e os normandos, anglos e romanos, o discurso jornalístico realiza um efeito de naturalização, sendo que essa realidade de imposição de uma nova designação que vem em lugar de – no caso do gaúcho em lugar de alemão, italiano, polonês – deixa ver um efeito de estabilização discursiva, estabilização das relações de referência no interdiscurso, podendo ser reestruturada em uma atualização efetivada pelas diferentes condições de produção. Esse naturalizar de um processo de identificação como acabado, homogêneo (“E,

que coisa é o gaúcho?”) retoma uma reificação, negação da alteridade, constitutivo da quantificação capitalista. As práticas discursivas retornam às regiões estáveis na determinação do gaúcho como rio-grandense, formação discursiva dominante, retomada de uma regularização que podemos observar em outra sequência:

(SD 7)

[...] E como o presidencialismo brasileiro assumiu feição mais aguda no Rio Grande do Sul, aqui surgiu a corrente parlamentarista mais pujante e consciente que tivemos em nosso País. Os fenômenos políticos sempre foram sentidos no Rio Grande do Sul com uma agudeza maior que no resto do Brasil. O Rio Grande do Sul sempre foi o Estado mais politizado do Brasil, menos por escolha voluntária que por fatalidade histórica. Uma pilhéria como a eleição do ‘Cacareco’ em São Paulo, teria sido impossível nesta extremadura. Não esqueçamos que a guerra civil de 1893 consumiu 11.000 vidas.

Como já colocamos em nosso trabalho, o território que hoje constitui (a demarcação dos limites de fronteira) o estado do Rio Grande do Sul foi tardiamente considerado pela metrópole portuguesa. A vida errante dos gaúchos, vivendo os diferentes combates pela posse dessas terras, forçava esse tipo social a ter uma desmesurada força, valentia, características essas que se mantêm no processo de idealização – na constituição do mito, triunfo do avesso. Já observamos também a existência de um imaginário que coloca o sul-rio-grandense como mais politizado que o restante do país: os sentidos na idealização dos feitos da oligarquia local, indicados em uma memória oficial como os farroupilhas, mais os acontecimentos e os nomes que uma história aponta como gaúchos: Getúlio Vargas, Leonel Brizola, João Goulart. Aliás, em relação ao então presidente em exercício quando do golpe de 1964, João Goulart, achamos interessante que ele tenha sido deposto de seu cargo legal – o enunciado ainda ecoa: “declaro vaga a presidência da república” –, pois, sob essa alegação, quando o mesmo ainda se encontrava em território sul-rio-grandense. Essa prática de nomear o gaúcho enquanto politizado acaba por produzir um efeito que já observamos com Pêcheux (2009), ou seja, ao discursivizar a política como esses espaços de não-resistência, estamos diante da forma burguesa de denegar a política (complementaríamos – em uma prática de polícia), falando de política à sua maneira.

(SD 8)

[...] Dizendo isso, temo ser interpretado como alguém que deseja agradar. Longe de mim tal intento. Procuo expor os fatos tal como os vejo. A brasilidade dos gaúchos nunca foi produto de uma opção, após alguma indecisão / [...] Com 6.000 anos de história, a Índia só recentemente recebeu carteira de identidade, que lhe foi dada pelos ingleses / [...] No Brasil, brigamos muito, uns com os outros, mas jamais brigamos ou brigaremos contra a unidade do Brasil. A lição dos Farrapos será eterna.

A ilusão do sujeito como fonte de sentido (“*temo ser interpretado como alguém que deseja agradar*”; “*Longe de mim tal intento*”), ao tentar trazer sua proposta de interpretação sobre o gaúcho, pode ser explicitada a partir do enunciado “*Procuro expor os fatos tal como os vejo*”. Apesar da “agudeza de espírito”, ao sentir a necessidade de propor uma outra interpretação para o gaúcho, o sujeito possibilita uma observação na heterogeneidade constitutiva dos processos discursivos, pois o sentido sempre pode tornar-se outro. Por mais que a ficção do “eu digo”, na inquietação do propor um lugar diferente, o sujeito, ao ser interpelado na sua constituição, vai diretamente estar assujeitado a uma formação discursiva que, como podemos observar nesse recorte, está longe de ser um lugar estável e contínuo: mesmo sendo um lugar de estabilização de sentidos, o sujeito pode se contrair com o que já está posto para, imediatamente, estar assujeitado em uma outra formação discursiva. O texto que recortamos, no ponto inicial de nosso movimento de análise, deixa ver certa heterogeneidade: diferentes posições-sujeito em um mesmo espaço textual.

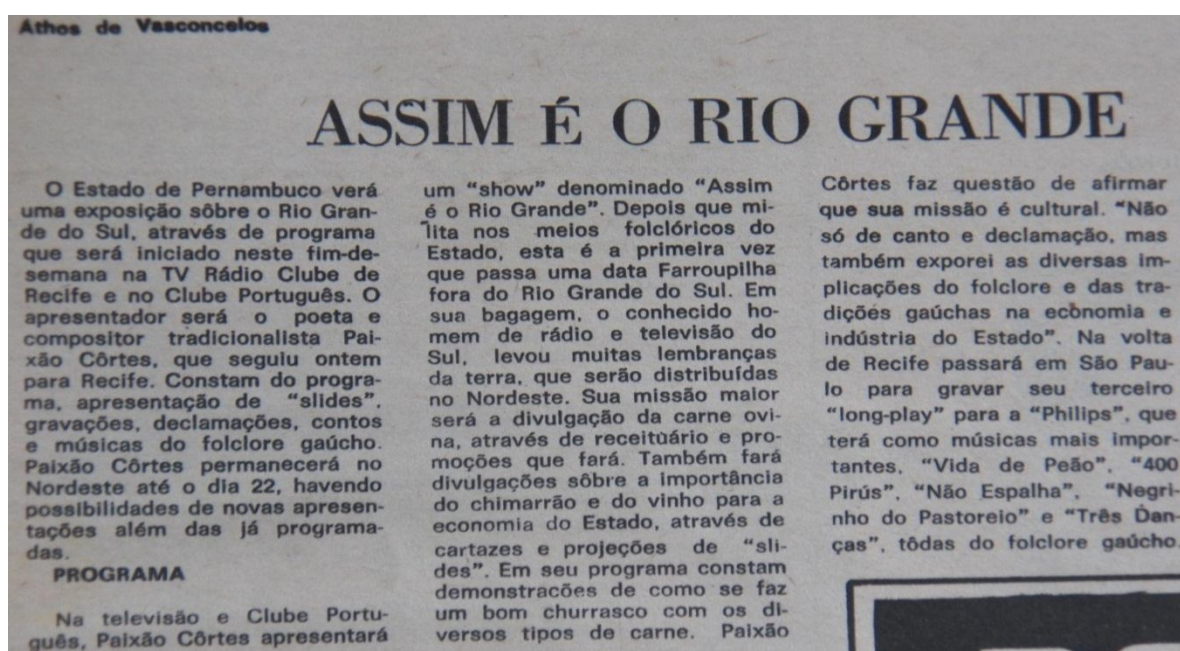
No caso do gaúcho, essa necessidade de se discursivizar, de determinar seu nome para encaixá-lo em sequências discursivas, é, em nossa leitura, o indício do litígio que a apropriação do nome, na constituição de um processo de identificação do sul do Brasil, instaura.

Pensamos que a delimitação de sentidos em torno de identidade, destacada neste recorte, ao buscar explorar o que todo mundo sabe sobre a Índia, torna visível um imaginário de superioridade de um determinado povo, civilizado, sobre outro, (bárbaro?) menos civilizado. A ação imperialista dos ingleses na Índia teria, segundo o fio discursivo, dado “*carteira de identidade*” aos indianos. Carteira de identidade, documento que numera, conta; ou seja, poderíamos propor, “documento que auxilia determinado grupo que possui negócios comuns legitimados, a realizarem o erro de cálculo que mantém a não existência dos sem parcela”.

Observamos, em um primeiro movimento de análise para esse recorte, a suspensão do sentido do gaúcho como sul-rio-grandense para, logo em seguida, retomar a regularidade no saturar o nome gaúcho em um retorno à formação discursiva dominante. Como último movimento, podemos, nessa sequência discursiva, em uma observação da relação intradiscursiva, do discurso com ele

mesmo, considerar o encadeamento “A lição dos Farrapos será eterna”. A unidade do estado de direito Brasil, naquela conjuntura, não pode ser colocada em suspeita: é necessário, a partir de uma identificação com a formação discursiva dominante (mesmo que o desconforto da exigência do ser diferente da autoria, produza efeitos de sentidos que atravessam as barreiras das fronteiras, em um segundo momento), retomar os sentidos estabilizados sobre o gaúcho como sul-rio-grandense, silenciando uma leitura possível que põe em cheque o sujeito ocidental.

2.8 “As diversas implicações do folclore e das tradições gaúchas na economia e indústria do Estado” (ou nas forças produtivas)



(Figura 06: Zero Hora, 20 de setembro de 1969)

O primeiro recorte que trouxemos em nossas considerações analíticas, no discursivizar a organização dos eventos farroupilhas, apresentava a imagem do que observamos como o monumento do laçador. O tradicionalista que serviu como o ideal a ter seu corpo reproduzido na estátua do laçador é o objeto do discurso jornalístico que estaremos analisando. Já havíamos explicitado, na segunda parte de nosso trabalho, a maneira como o Movimento Tradicionalista Gaúcho apresentava, em seus objetivos, auxiliar o Estado para que o seu funcionamento pudesse se dar de maneira eficiente, ajudando também na solução dos seus problemas fundamentais, na conquista do bem coletivo, como cita Golin (1983). Essa identificação do MTG com as práticas de um Estado de Exceção pode ser

explicitada neste recorte a partir de nossa análise do discurso jornalístico. Seleccionamos a seguinte sequência discursiva:

(SD9)

O Estado de Pernambuco verá uma exposição sobre o Rio Grande do Sul. / O apresentador será o poeta e compositor tradicionalista Paixão Côrtes, que seguiu ontem para Recife. Constam do programa, apresentação de “slides”, gravações, declamações, contos e músicas do folclore gaúcho. / [...] Na televisão e Clube Português, Paixão Côrtes apresentará um “show” denominado “Assim é o Rio Grande”. / Sua missão maior será a divulgação da carne ovina, através de receituário e promoções que fará. Também fará divulgações sobre a importância do chimarrão e do vinho para a economia do Estado, através de cartazes e projeções de “slides”. Em seu programa constam demonstrações de como se faz um bom churrasco com os diversos tipos de carne. [...] / Paixão Côrtes faz questão de afirmar que sua missão é cultural. “Não só de canto e declamação, mas também exporei as diversas implicações do folclore e das tradições gaúchas na economia e indústria do Estado”.

(Assina Athos de Vasconcelos. ZH, 20/09/69)

Aqui a perspectiva assumida pelo locutor-jornalista é a impessoalidade, mesclando, em sua prática discursiva, um distanciamento marcado pelo uso de aspas, quando do discurso direto, que objetiva um simular a não afetação pelo interdiscurso. O discurso jornalístico produz um efeito de evidência nas atividades que o tradicionalista propõe em seu programa: “apresentação de *slides*, gravações, declamações, contos e músicas do folclore gaúcho”. As relações de referencialidade já estão em pleno funcionamento, ou seja, está dado que o Rio Grande do Sul é assim e que, por isso, pode ser apresentado aos demais estados como tal.

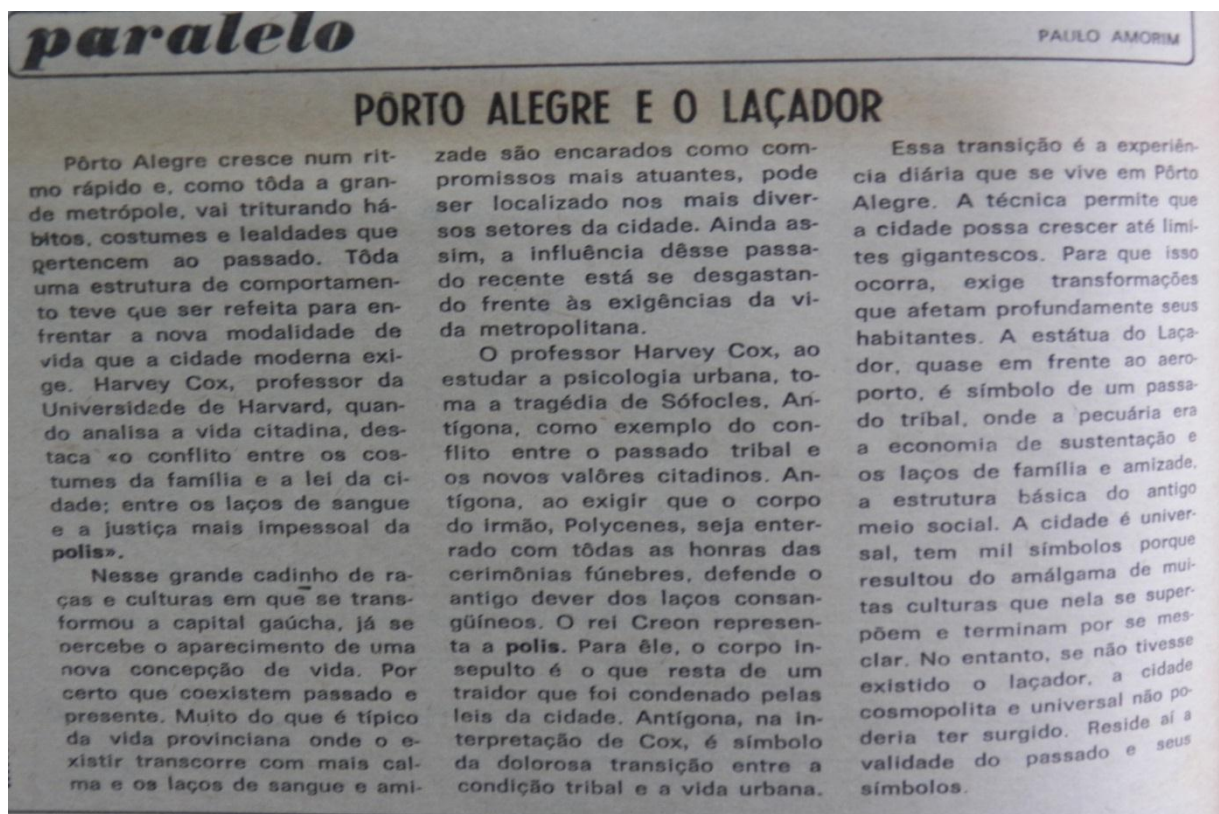
As relações entre lugares de sentidos estabilizados para o gaúcho podem jogar também com palavras esvaziadas semanticamente, como por exemplo cultura e folclore. Enquanto os rituais entram em funcionamento, podemos observar como aquilo que se colocava como bem coletivo nos objetivos do MTG reforça a relação de exploração, de manutenção de determinada organização social a partir da apropriação do nome: “Sua missão maior será a divulgação da carne ovina, através de receituário e promoções que fará”.

A regularidade no discurso jornalístico sobre as atividades do tradicionalista no Recife pode ser observada a partir das designações: “a importância do chimarrão e do vinho para a economia do Estado”; “exporei as diversas implicações do folclore e das tradições gaúchas na economia e indústria do Estado”. Podemos observar nesse recorte que as práticas discursivas sobre o gaúcho na imprensa, sob o efeito de distanciamento da indicação do discurso direto pelas aspas quando dos dizeres

do entrevistado, funcionam em um movimento que reforça uma ligação aos mesmos espaços de dizer ocupados pelas demais instituições responsáveis pelo interpretar essa figura identitária: MTG e governo estadual. Enquanto o representante tradicionalista viaja para Recife buscando promover um receiptuário – o como preparar o bom churrasco – lembramos as notas de pé de página em Zero Hora: “Carne voltará aos supermercados na próxima semana”. A apropriação do nome dos que não têm parcela serve/está servindo para a perpetuação das estruturas de dominação, já que “os objetos ideológicos são sempre fornecidos concomitantemente com a maneira de se servir deles, com a pressuposição de seu ‘sentido’, quer dizer, também com sua orientação” (PÉCHEUX, 1990, p. 12).

Nessa sequência discursiva temos as ações dos verbos (“apresentará”, “fará”, “exporei”) que faltavam no convite para as comemorações da Semana Farroupilha (sequência discursiva número um): Paixão Côrtes, enquanto sujeito autorizado a dizer sobre o gaúcho, sendo seus programas legitimados pelos negócios comuns a surgirem (na ampliação de mais um possível mercado – “Sua missão maior será a divulgação da carne ovina”).

2.9 “Toda uma estrutura de comportamento teve que ser refeita”



(Figura 07: Zero Hora, 13 de setembro de 1969)

Neste recorte, o discurso jornalístico possibilita-nos uma interessante observação na relação entre o crescimento urbano da cidade de Porto Alegre e o que vai designar por 'tribal'. Selecionamos a seguinte sequência discursiva:

(SD10)

Porto Alegre cresce num ritmo rápido e, como toda a grande metrópole, *vai triturando hábitos, costumes e lealdades que pertencem ao passado. Toda uma estrutura de comportamento teve que ser refeita para enfrentar a nova modalidade de vida que a cidade moderna exige.* Harvey Cox, professor da Universidade de Harvard, quando analisa a vida citadina, destaca “o conflito entre os costumes da família e a lei da cidade; entre os laços de sangue e a justiça mais impessoal da **polis**” (grifo do jornal) [...] / a influência desse passado recente está se desgastando frente às exigências da vida metropolitana. / O professor Harvey Cox, ao estudar a psicologia urbana, toma a tragédia de Sófocles, Antígona, como exemplo do conflito entre o passado tribal e os novos valores citadinos. / Para ele, o corpo insepulto é o que resta de um traidor que foi condenado pelas leis da cidade. Antígona, na interpretação de Cox, é símbolo da *dolorosa transição entre a condição tribal e a vida urbana. Essa transição é a experiência diária que se vive em Porto Alegre. [...]* / *A estátua do Laçador, quase em frente ao aeroporto, é símbolo de um passado tribal, onde a pecuária era a economia de sustentação e os laços de família e amizade a estrutura básica do antigo meio social. A cidade é universal, tem mil símbolos porque resultou do amálgama de muitas culturas que nela se superpõem e terminam por se mesclar. No entanto, se não tivesse existido o laçador, a cidade cosmopolita e universal não poderia ter surgido.*

(Assina Paulo Amorim. ZH, 13/09/1969, grifos nossos)

Observando as práticas dessa sequência discursiva, é possível formular a seguinte questão: o que teria feito o locutor-jornalista, na sua relação com o dizível, nomear laçador, e passado tribal, evitando assim a palavra gaúcho? A palavra gaúcho, naquela conjuntura, estava saturada semanticamente, sobretudo, no discurso oficial do gauchismo. À falta da designação gaúcho neste recorte, podemos acrescentar algumas observações nas relações entre as determinações de sentidos que aparecem no discurso jornalístico.

Interessa destacar um importante movimento no que diz respeito à observação da maneira como o sujeito jornalista utiliza-se da nomeação laçador como contraponto para cidade: “Pôrto Alegre e o Laçador”. Um e outro, um equivale ao outro, um sustenta o outro, e, finalmente, um representa - imaginariamente - o outro.

Como já observamos em nossas análises, consideramos a estátua do laçador em Porto Alegre como o olhar do urbano sobre o não-urbano que, na sua representação, acaba por interpelar os sujeitos que estão fora – para que venham tomar parte em uma posição-sujeito já pré-estabelecida.

Ao colocar a relação laçador-passado tribal, o sujeito jornalista acaba por produzir um efeito de evidência sobre a maneira como o urbano organiza uma

memória sobre o não-urbano, de maneira a reforçar uma dominação – dominação que se dá pela ideologia. Precisamos lembrar que o Movimento Tradicionalista Gaúcho, fundado por estudantes da escola Júlio de Castilhos em Porto Alegre, era constituído por filhos de pequenos e médios agricultores, ritualizando as práticas do campo, de maneira a exaltar os feitos heróicos dos que consideravam os exemplos a serem seguidos.

Outro ponto que podemos destacar é o da observação sobre o “professor Harvey Cox”, tendo por base os estudos realizados por ele (um saber (des)autorizado (?)). O “professor Harvey Cox”, autor da obra *A cidade do homem*, editada no Brasil, em 1968, pela editora Paz e Terra, colaborou para o desenvolvimento da teoria da libertação. Essa teoria serviu como fundamentação teórica para que grupos de religiosos católicos organizassem uma tentativa de resistência ao regime militar. O sujeito jornalista acaba por trazer, para um espaço da formação discursiva dominante, saberes que se constituem em oposição, de outras formações discursivas.

Observando o fio discursivo nessa sequência, podemos ver a maneira como os conflitos do urbano e do não-urbano, em um processo de significação que se dá pelo urbano - tendo pois, a ideologia jurídica como dominante -, está sendo organizado em uma memória, apresentando as suas justificativas para esse processo: “Toda uma estrutura de comportamento teve que ser refeita para enfrentar a nova modalidade de vida que a cidade moderna exige”; “Nesse grande cadinho de raças e culturas em que se transformou a capital gaúcha”. Podemos explicitar um movimento coercitivo no pensar o urbano como já constituído, acabado, lugar de acomodação ao que se impõe: imposição que “vai triturando hábitos, costumes e lealdades que pertencem ao passado”.

O Monumento do Laçador, no discurso jornalístico, significa uma “[...] influência desse passado recente (que) está se desgastando”; “símbolo de um passado tribal, onde a pecuária era a economia de sustentação”. Estaria esse desgaste relacionado ao que está aqui silenciado, “os amantes do passado – tradicionalistas”, saturando a palavra gaúcho – tentando, junto ao autoritarismo do Estado, controlar os sentidos para o gaúcho?

Ao final de seu texto, podemos observar uma tomada de posição do sujeito jornalista que se contraidentifica, para se re-inscrever em outra região de significação, produzindo uma retomada de sentidos da formação ideológica

antagônica, a qual, mesmo sofrendo a imposição de uma política do silêncio, pode tornar-se visível nas práticas da formação ideológica dominante: “No entanto, se não tivesse existido o laçador, a cidade cosmopolita e universal não poderia ter surgido. Reside aí a validade do passado e seus símbolos”. O “passado e seus símbolos” só teriam “validade” quando da sua presença como justificativa da estruturação jurídica da cidade, o “processo de modernização”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao começarmos nosso trabalho, trouxemos como mote inicial uma aproximação com a produção da obra *Libro de Manuel* de Julio Cortázar. O escritor argentino e os personagens da obra encontram-se a viverem na França e a lerem jornais franceses e latino-americanos – o romancista insere os recortes na forma de fac-símiles - de maneira a colocar em suspenso uma leitura que se quer unívoca, acabada. Esses exemplares estão em circulação no mesmo momento em que a obra está sendo escrita, produzindo um efeito que joga com a instabilidade dos espaços do real e da ficção.

O mate, como elemento simbólico, faz parte do cotidiano dos personagens, como um ritual que une os latino-americanos, os quais se põem a refletir, à distância, sobre o momento de suas pátrias – já que possuem em comum as dificuldades impostas pela estruturação das ditaduras.

Podemos retomar esse distanciamento – estar em Paris naquele período, em um paralelo ao momento de desenvolvimento deste trabalho, no distanciamento que observamos na nossa relação com o *corpus*: O Rio Grande do Sul da Revolução Farroupilha, o Rio Grande do Sul de 1964 e o Rio Grande do Sul de hoje. Ao fragmentar seu texto, Cortázar rompe com a sequencialidade, exigindo que o leitor faça escolhas no decorrer de sua leitura, de maneira que a conjuntura que os *fac-símiles* de jornais ilustram entre em choque com as condições de produção desse sujeito-leitor que, à sua maneira, vai dar sentido ao todo da obra. O momento que vivemos, quando da constituição de nosso trabalho, possibilita a observação do desenvolvimento de uma história oficial sobre a ditadura civil-militar instaurada em 1964. O reconhecimento, já nos anos noventa, dos crimes cometidos pelo Estado de exceção, a organização de exposições e, mais recentemente, de uma comissão da verdade, instaura outra ordem do discurso: as práticas do discurso jornalístico já não apresentam mais, abertamente, a defesa do regime militar, mas mobilizam outros especialistas para dar a sua explicação sobre aquele período da história brasileira. Em 2013, quando se aproximavam os 50 anos do golpe – marcas temporais que servem como motivo para o discurso jornalístico exercer sua prática de estabilização de sentidos – pudemos encontrar na imprensa textos que apresentam, pretensamente, o que ainda precisa ser investigado: por exemplo - o texto em circulação no jornal Zero Hora em 28 de abril de 2013 com os subtítulos “*O que falta esclarecer*” e “*O que poderia ser feito*”.

Para a formação de nosso arquivo, pensando arquivo a partir do ponto inicial das observações de Pêcheux (1994, p. 57), “como campo de documentos pertinentes e disponíveis para uma questão”, realizamos três viagens à Porto Alegre, onde tivemos acesso, através do acervo de imprensa do Museu Hipólito José da Costa, aos exemplares do jornal *Zero Hora*. Selecionamos, nessas buscas, quatrocentos e sete textos sobre o gaúcho. O grande número de textos colocou-nos um desafio inquietante em nossa leitura: como delimitar isso? Inicialmente, havíamos delimitado um corte temporal mais abrangente, que ia de 1964 a 1989, de maneira a pensar como o discurso jornalístico sobre o gaúcho funcionaria no momento da reabertura democrática. Optamos por uma delimitação nos anos iniciais do período ditatorial, sendo esses também os primeiros anos de circulação do jornal *Zero Hora*, fundado algumas semanas após o golpe, em 1964.

Tendo por objetivo geral analisar *como se constituem as práticas discursivas sobre o gaúcho na imprensa em tempos de censura*, nosso trabalho buscou romper com os pressupostos estáveis para esse processo de identificação do sul do Brasil, em um estudo que não se restringiu à relação mito/não-mito.

Selecionamos sequências discursivas dentre os recortes efetuados em nosso arquivo que possibilitaram colocar em questão a interpretação *sobre* o gaúcho, bem como identificar as regularidades discursivas que deixam ver saberes advindos de diferentes formações discursivas que aparecem no discurso jornalístico no período histórico proposto.

Ao buscarmos um observar os “*tempos de censura*”, consideramos um interdito que se dá desde 1964, com o golpe, e não somente com o momento, em dezembro de 1968, pós AI-5, como já mencionado, ato institucional que ampliava e auxiliava os modelos de repressão e tortura. O AI-5 regulamentou oficialmente, de maneira explícita, o que já estava posto em 1964: há, nesse processo de significação do gaúcho, uma imagem a ser retomada, reforçada no discurso jornalístico: a imagem do mito do gaúcho, centauro dos pampas.

A quebra que efetivamos, ao afirmarmos nossa filiação à Análise de Discurso – em uma inscrição materialista -, possibilitou a compreensão dos processos de produção de sentidos que geraram efeitos de uma política do silêncio, silenciamento. A censura funciona, como coloca Orlandi (2007, p. 107), “não em nível de informação mas de circulação e de elaboração histórica dos sentidos, assim como

sobre o processo de identificação do sujeito em sua relação com os sentidos”, impedindo o trabalho histórico do sentido.

Ao explorarmos os efeitos de nossa filiação teórica, já realizamos um movimento de rompimento com os idealismos que a leitura literal de uma concepção de linguagem como comunicação sem equívocos (PÊCHEUX, 2009) impõe, pois, como observa Orlandi (2013), estabelecemos um processo de desnaturalização da relação palavra-coisa.

Em nossas análises, deparamo-nos com a regularidade da imposição dos sentidos do mito do gaúcho, idealização que acompanha o movimento de saturação do nome gaúcho enquanto gentílico para sul rio-grandense. Como sabemos que não há rituais sem falhas, buscamos explorar os deslizes nas práticas do discurso jornalístico: a partir da identificação das regularidades, dos sentidos a serem postos em circulação na imprensa daqueles anos, foi possível a observação dos saberes a serem interditados, silenciados, saberes vindos de outras regiões do dizer.

Os sentidos interditados para o processo de identificação gaúcho são aqueles que retomam uma relação litigiosa, relação que, ao colocar em cheque a unidade a partir do conflito da parte com o todo, em um retomar os enfrentamentos da Revolução Farroupilha – evento reforçado pelas versões da História oficial – deixa ver as possibilidades do evento político: o sujeito gaúcho só se apresenta como parte real da sociedade quando causa “dano”, ou seja, pelo “modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade (igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante) assume figura política” (RANCIÈRE, 1996, p. 51).

O efeito de referencialidade que o discurso jornalístico engendra nas suas práticas sobre o gaúcho produz a ilusão da igualdade, pois, ao reforçar a imagem do gaúcho como sul rio-grandense, a imprensa não apenas silencia o processo histórico constitutivo dessa identificação - pois não se pode dizer aquilo que se pode dizer -, mas também efetua um movimento de negação do político.

O discurso jornalístico, ao buscar pôr em circulação os sentidos na idealização da figura do gaúcho, em um posicionamento que colocamos como gauchismo, deixa ver as falhas constitutivas nos processos discursivos. Por mais que o efeito ideológico na apropriação dos sentidos para o mito do gaúcho seja desenvolvido para a manutenção das estruturas de dominação, ou seja, uma prática de imposição da sua literalidade, nada impede que os sentidos tornem-se outros e retomem relações que extrapolam o fechamento das fronteiras.

O funcionamento da imprensa tira proveito da necessidade do fazer sentido por parte do sujeito, na ilusão do que diz respeito à origem/fonte do seu dizer, tecidos de evidências subjetivas na própria constituição do sujeito. Pêcheux desloca o sujeito do centro dos processos discursivos, em uma teoria não-subjetiva do sujeito, destacando a tese materialista essencial, “a independência do mundo exterior [...] em relação ao sujeito, colocando simultaneamente a dependência do sujeito com o mundo exterior” (PÊCHEUX, 2009, p. 73).

A inscrição do sujeito em determinada formação discursiva já o localiza em uma determinada formação ideológica, ou seja, só há sentidos por e para os sujeitos (ORLANDI, 2013), e a ideologia é que vai produzir a sustentação para as evidências – para os efeitos de evidência - na constituição dos sujeitos, na forma-sujeito do discurso. Nossas análises possibilitaram a observação das diferentes tomadas de posição do sujeito no espaço jornalístico.

A sequência discursiva número seis, por exemplo, onde as práticas do discurso jornalístico deixam ver os possíveis deslizamentos na discursivização do mito, apresenta texto assinado por José Fernando Carneiro, que circulou no dia 20 de setembro de 1967, trazendo um reforçar de datas e pressupostos na relação do Rio Grande do Sul com o restante do Brasil. Na ilusão de controle sobre os sentidos por parte do locutor jornalista - ilusão referencial do sujeito falante -, encontramos alguns pontos interessantes a serem considerados, principalmente ao observarmos as comparações e as delimitações apresentadas em relação ao gaúcho. Temos aqui um texto produzido em primeira pessoa, sendo que o discurso jornalístico atua, nesses casos, com a responsabilização do sujeito-narrador-jornalista pelos seus dizeres, reduzindo a dimensão do político à dimensão do pessoal.

O que observamos no discurso sobre o gaúcho é a tentativa de controle dos sentidos, na delimitação de qual gaúcho se está dizendo: “*gaúcho tradicional*”; “*àquela gente do tempo dos Farrapos*”; “*fossem ou não seguidores de Bento Gonçalves*”; o tipo social gaúcho, o fora da lei, durante a Revolução Farroupilha, lutou de ambos os lados. Aqui, portanto, há uma suspensão do gaúcho, uma prática discursiva que acaba por retomar um saber pertencente à outra formação discursiva, de outra região de dizeres, pois pode desconstruir o mito, separando Farrapos/farrapos? dos gaúchos, caminho contrário ao da constituição do triunfo do avesso – do sul rio-grandense-gaúcho.

O que permite uma interpretação do gaúcho na imprensa está sempre limitado ao efeito referencial criado pelo discurso jornalístico, considerando sempre os pilares sagrados da estruturação capitalista. Observando as designações apresentadas, no retomar a determinação do gaúcho, podemos pensar como se dá essa interpretação – no tratamento do político. Ao mobilizar, em sua comparação, outros confrontos das partes para com o todo dos diferentes Estados-nação – Inglaterra e os normandos, anglos e romanos, o discurso jornalístico realiza um efeito de naturalização, sendo que essa realidade de imposição de uma nova designação que vem em lugar de – no caso do gaúcho, em lugar de alemão, italiano, polonês – deixa ver um efeito de estabilização discursiva, estabilização das relações de referência no interdiscurso, podendo ser re-estruturada em uma atualização efetivada pelas diferentes condições de produção. Esse naturalizar de um processo de identificação como acabado, homogêneo (“E, que cousa é o gaúcho?”), retoma uma reificação, negação da alteridade, constitutivo da quantificação capitalista. As práticas discursivas retornam às regiões estáveis na determinação do gaúcho como rio-grandense, formação discursiva dominante, em uma retomada da regularização.

Ao realizarmos nossas análises do discurso jornalístico sobre o gaúcho em tempos de censura, não atingimos um ponto de verdades indiscutíveis a serem afirmadas, mas nosso gesto de leitura possibilitou uma observação da complexa constituição de um processo de identificação, sempre tão inacabado. Outras questões colocavam-se no decorrer da escritura de nosso trabalho, extrapolando os objetivos que delimitamos na constituição desta dissertação, e que indicam possibilidades de continuidade: “O RS tem o gaúcho, mas o gaúcho é do Prata, do Pampa, portanto, brasileiro, uruguaio, argentino: onde está a fronteira? Fronteira física e linguística. Que língua é essa?” (PETRI; SCHERER, 2013, p. 73). De que maneira as bandeiras - a relação do gaúcho e a formação dos Estados-nação modernos -, tão presentes nos centros de tradicionalismo daqueles anos – demarcando/tentando demarcar fronteiras, relacionam-se com o sujeito gaúcho, figura regional no Brasil, nacional no Uruguai e Argentina? Que conflito o gaúcho instaura quando da sua inscrição no/pelo urbano, enquanto não-urbano?

Atuando em um efeito de institucionalização dos sentidos, a imprensa colabora na manutenção de uma determinada ordem: a imposição do mito do gaúcho, gaúcho como sul rio-grandense, fechado em suas fronteiras.

O discurso jornalístico constitui-se junto ao modo de produção capitalista, e sua palavra de ordem não pode realizar nenhum movimento contrário à manutenção dessas estruturas: daí a necessidade de saturar os sentidos sobre o gaúcho, de maneira a intervir em outras interpretações, outros sentidos possíveis - pois fazem parte de uma memória - e que podem colocar em suspenso aquele efeito de homogeneidade.

Os efeitos de evidência do discurso jornalístico começam a esburacar-se já no momento em que questionamos uma lógica das instruções jornalísticas, que se afirmam enquanto imparciais, em uma concepção da linguagem enquanto comunicação, na clareza lógica das instruções de seus manuais de como fazer.

Observamos que os sentidos sobre o gaúcho escapam aos efeitos da apropriação do nome dos sem parcela, sendo que essas falhas retomam saberes de outros lugares do dizer, deixando visível a tensão entre as formações ideológicas antagônicas, para além da dualidade entre mito e não-mito. É também o discurso jornalístico um espaço de contradição, no qual a ideologia funciona sem cessar e, principalmente, quando parece não estar funcionando.

Se existe a formação discursiva gaúcha, ela apresenta saberes que estão sendo organizados a partir da formação ideológica dominante, sendo que o constante movimento da memória, entre o lembrar e o esquecer – possibilita, como afirma Petri (2004, p. 55), “a alternância dos saberes que funcionam no interior de uma dada FD sem configurar uma forma de apagamento total e absoluta”.

Assim como na obra de Cortázar, e considerando os questionamentos históricos que, a partir das décadas de setenta e oitenta, põem em questão a interpretação dos vencedores, para buscar ouvir os vencidos, podemos perguntar até que ponto história e ficção se tocam para constituírem o que sabemos hoje sobre o gaúcho. Nosso gesto de interpretação explicitou as relações entre as práticas sociais e as práticas discursivas, mostrando algumas facetas de uma estruturação que se dá na textualização do discurso produzido por sujeitos, como observa Orlandi (2012, p. 65), “um efeito imaginário de unidade (com começo, meio, progressão, não contradição e fim)”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. 3. ed. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2010 [1983].

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Traduzido por Maria Laura V. de Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1969]. p. 53-107.

_____. Resposta a John Lewis. IN: **Posições I**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978 [1972]. p. 15-71.

ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, o ano que não terminou. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ASSUNÇÃO, Fernando O. **El gaicho: estudio socio-cultural**. Montevideo: Universidad Mayor de la Republica Oriental del Uruguay, 1978.

BRUST, Viviane Teresinha B. **O efeito “chapéu de Clementis”: imagens do sujeito italiano na Quarta Colônia**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, RS: UFSM, 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

_____. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. IN: INDURSKY, Freda; Ferreira, C. L (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.

DELA SILVA, Silmara Cristina. **O Acontecimento discursivo da televisão no Brasil: A imprensa na constituição da TV como grande mídia**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. vol 2..

Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2007.

Dicionário Online Caldas Aulete. Lexikon Editora digital. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>.

GADET, F. PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível.** O discurso na história da lingüística. Traduzido por Bethania Mariani e Maria E. C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004 [1981].

GOLIN, Tau. **Fronteira - Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina.** Porto Alegre, RS: L&PM, 2002.

_____. **A ideologia do gauchismo.** Porto Alegre: Tchê, 1983.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso – um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847 – 1877).** Porto Alegre, RS: Editoras Associadas/Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura de Porto Alegre, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano.** Revista Letras nº 26. Programa de Pós-Graduação em Letras. Santa Maria, RS: UFSM, 2003.

HAROCHE, Claudine. **Fazer Dizer, Querer Dizer.** São Paulo, SP: Editora HUCITEC, 1992.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita; língua, sujeito e discurso.** 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013 [1977].

_____. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 13-38.

HERNÁNDEZ, José. **Martín Fierro.** Buenos Aires: Editorial Losada, 1941.

LIMA, Maria Emília A. T. **A Construção discursiva do povo brasileiro. Os Discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. IN: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Gestos de Leitura: da história no discurso.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 15-28.

MARIANI, Bethânia S. C. **O comunismo imaginário: Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 – 1989)**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. 2 edição. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007 [1992].

_____. Quando a falha fala. Materialidade, sujeito, sentido. IN: **Discurso em Análise: Sujeito, sentido, ideologia**. São Paulo: Pontes Editores, 2012.

_____. Apagamento do político na ciência: notas à história da Análise de Discurso. Fragmentação, diluição, indistinção de sentidos e revisionismo. IN: **Discurso em Análise: Sujeito, sentido, ideologia**. São Paulo: Pontes Editores, 2012a.

_____. **Análise do Discurso. Princípios e procedimentos**. 11ª Edição. Campinas, SP: Pontes, 2013.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Maio de 1968: Os silêncios da memória. IN: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. 3. ed. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2010 [1998]. p. 59-71.

_____. A contrapelo: a incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. **Rua**, n.16, v.2. Campinas, SP: 2010a.

_____. Segmentar ou recortar. IN: **Linguística: questões e controvérsias**. Série Estudos 10. Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso.** 3ª Edição. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1994.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso. Estrutura ou acontecimento.** Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 6ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. Remontémos de Foucault a Spinoza. **El Discurso Político.** Universidade Nacional Autónoma de México, 1980 [1977]. p. 181-200.

_____. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009 [1975].

_____. Análise Automática do Discurso. IN: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997 [1969]. p. 61-161.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória.** 3. ed. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2010 [1983]. p. 49-57

_____. O estranho espelho da análise do discurso. (Prefácio) IN: COURTINE, Jean-Jacques; **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009a. p. 21-26.

_____. Ler o arquivo hoje. IN: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso.** 3ª Edição. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1994. p. 55-66.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos.** Campinas: UNICAMP/IEL, nº 19, p. 07-24, jul./dez., 1990 [1980].

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A revolução farroupilha.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PETRI, Verli. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. **Por um acesso fecundo ao arquivo.** Revista Letras nº 21. Santa Maria, RS: UFSM, 2000. p. 121-125.

_____. **Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60.** Revista Expressão. (v.1) Santa Maria, RS: UFSM, 2006. p. 186-192

_____. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: DIAS, Cristiane; PETRI, Verli (Orgs.). **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise.** Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2013. p. 39-48.

PETRI, Verli; SCHERER, Amanda. Os Homens que Compraram Madrugadas... Pereira Coruja e Walter Spalding na História do Falar Gaúcho. IN: COSTA, G; MASSMANN, D. (Orgs.). **Linguagem e historicidade.** Campinas, SP: Editora RG, 2013. p. 59-76.

RANCIÈRE, Jacques. **Os Nomes da História. Um Ensaio de Poética do Saber.** São Paulo, SP: EDUC/Pontes, 1994.

_____. **O Desentendimento. Política e Filosofia.** São Paulo, SP: Editora 34, 1996.

_____. **O ódio à democracia.** São Paulo: Boitempo, 2014.

REVERBEL, Carlos. **O gaúcho. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata.** Porto Alegre: L&PM, 1986.

SCHERER, Amanda. Subjetividade, inscrição, ritmo e escrita em voz. IN: MARIANI, Bethania (Org.). **A Escrita e os Escritos: Reflexões em Análise do Discurso e Psicanálise.** São Carlos: Claraluz, 2006.

ANEXOS

Porto Alegre, 23-9-64

ZERO HORA

Exclusivo

ZERO HORA

DOCUMENTA

TORTURAS

A ARARANGUÁ, 23 (Dos nossos enviados especiais) — Os irmãos Léo Kichewski, José da Silva, Alberto Silva, Alfeu Nunes da Silva e Paulo Gayer, torturados na madrugada de sexta-feira por policiais gaúchos, encontram-se sob cuidados médicos nesta cidade, que está revoltada com a crueldade dos agentes da Delegacia de Furtos.

O colombiano Ricardo Tórres, também vítima de torturas do inspetor Fossati e dos guardas-civis Luiz Herveilha, Estevão Lemos e Ney Guatimozin confirmou a ZERO HORA, na Delegacia de Tórres, onde está detido, todos os barbarismos praticados naquela madrugada, quando ele foi jogado da ponte de rio Mampituba na divisa com o Estado de Santa Catarina, depois de ser ameaçado de estrangulamento no interior da Kombi dos policiais, que resolveram apelar para o afogamento, depois.

TESTEMUNHAS

O tenente-coronel José Cordeira, da Força Pública de Santa Catarina, que responde pe-

lo pelo corpo, ocasionadas pelas sevícias que sofreu, as quais consistem em espancamentos com barra de ferro. Os outros marginais com exceção de RI-



JOSE DA SILVA (carregado por dois enfermeiros), ALÉ na ocasião em que eram levados ao Hospital Bom P de receber os primeiros

sarrascos que ficaram esperando para constatar seu "desaparecimento".

JORNAIS

Os dois jornais que circulam nesta cidade, dedicaram manchetes ao caso. O semanário "O Sul" publicou em sua primeira página o seguinte título: "Marginais foragidos, nus e apunhalados, jogados na BR-59". O "Correio de Araranguá" assim noticiou as torturas: "Barbarismo? Justiça? Está legal a atitude dos policiais gaúchos?"

Por outro lado, a população de Araranguá acompanha, revoltada, todo o noticiário sobre os presos torturados, que vêm

romana

GENÉ

DIZEM que aconmana passada. seguinte:

— O home tã
Verdade. O S
ra contra o teto e
ça. Tinha gente d
— Tá maluco

(Anexo 1: Zero Hora, 23 de setembro de 1964)

TESTEMUNHAS

O tenente-coronel José Corrêa, da Força Pública de Santa Catarina, que responde pela Delegacia Especial de Araranguá, declarou à nossa reportagem que ainda amanhã deverá ouvir as testemunhas do bárbaro caso, independente do inquérito que o major Léo Etchegoyen mandou instaurar, presidido pelo delegado Adalberto Coimbra.

BARBARO

Afirmou, ainda, aquela autoridade catarinense descontente com métodos tão bárbaros, frisando que nunca imaginara ver seres humanos naquele estado em que ficaram os marginais que se arrastaram quase um quilômetro, antes de receber auxílio de moradores das cercanias da cidade que lhes forneceram roupas e os abrigaram até a chegada das autoridades de Araranguá.

HOSPITALIZADOS

Paulo Gayer, o mais torturado de todos, está internado em estado grave no Hospital Bom Pastor, desta cidade, desde a manhã de sexta-feira, enquanto seu companheiro Alfeu Nunes da Silva baixou o hospital ontem à tarde, quando foi acometido de dores violentas

pelo corpo, ocasionadas pelas sevícias que sofreu, as quais consistem em espancamentos com barra de ferro. Os outros marginais, com exceção de Ricardo Tórres, que se encontra na delegacia de Tórres, estão sendo atendidos na delegacia de Araranguá.

TORTURA E ABANDONO

Tôdas as vítimas da sanha dos policiais estavam recolhidas ao xadrez da 8.ª DP há mais de quarenta dias. Na noite de quinta-feira foram retiradas da prisão por seus algozes que, depois de algumas voltas pela cidade, tomaram o rumo deste vizinho Estado. Chegando na ponte do rio Mampituba, os presos foram avisados de que não deveriam retornar a Porto Alegre. Neste momento, começaram as cenas selvagens. Cortados a punhal, espancados e, posteriormente despojados de suas roupas, foram abandonados à margem da estrada. As cenas de barbarismo, segundo os presos, se repetiram até a vez de Ricardo Tórres, cujo destino já tinha sido traçado pelos sádicos policiais. Jogado ao rio, só conseguiu sobreviver porque, ao contato com a água, acordou-se e nadou até a margem, sem ser visto pelos seus

noticiou as torturas: "Barbarismo? Justiça? Está legal a atitude dos policiais gaúchos?"

Por outro lado, a população de Araranguá acompanha, revoltada, todo o noticiário sobre os presos torturados, que vêm tendo toda a assistência necessária por parte do prefeito José Rocha, que os internou em hospital particular. O delegado Milton Morais, de Tórres, esteve nesta cidade, onde tomou algumas providências conjuntas com o ten.-cel. José Corrêa.

LOJAS ALECO
LHE
OFERECEM!

Sanitários

Celite e Ideal-Standard
Banheiros completos,
coloridos,
e peças avulsas brancas

A prazo ou em
4 pagamentos pelo
preço à vista



(Anexo 2: Zero Hora, 23 de setembro de 1964)

Porto Alegre, 19-9-64

sol e chuva

20 de Setembro

A tomada de Porto Alegre pelas forças farroupilhas, na madrugada de 20 de setembro de 1835, deu início ao ciclo histórico dos dez anos de implantação dos sentimentos liberais de uma revolução romântica daqueles bravos, destemidos e valentes gaúchos que sonharam com uma pátria feliz.

Os acontecimentos iniciaram-se de uma forma e evoluíram, depois, de maneira diferente e, afinal, concluíram-se com a tragédia do fracasso que pelo menos deixou ao longo de tantas desilusões, uma paz com honra.

A noite de 18 de setembro, começaram chegar contingentes, Onofre Pires, com os destacamentos de Gravataí, Santo Antônio, Belém Velho, etc., coloca-se na crista da colina onde está hoje o cemitério. O sepultamento fazia-se nas igrejas, e somente mais tarde é que se instituíram as necrópoles seculares. O líder, um porto-alegrense ilustre, descendente das famílias Silveira, Casado e Canto, ligados à fundação da Capitania, viria desentender-se com Bento Gonçalves, a quem acusou injustamente de ladrão sendo logo desafiado para um duelo, que se realizou em Santana do Livramento, nos campos de Sarandi, vindo falecer em consequência dos ferimentos, o que deixou inconsolável ao chefe ilustre da revolução, eminente filho da evocativa cidade do Triunfo.

Gomes Jardim, burlando a vigilância do patrulhamento de Guaíba, veio de Pedras Brancas, hoje Guaíba, e postou-se ao pé das forças de Onofre Pires. Futuro presidente da República do Rio Grande, Gomes Jardim, natural de Santo Amaro, prócer destacado do movimento, foi um dos três presidentes da República. Os outros dois: Bento Gonçalves, está claro e Mariano de Matos, militar erudito, que berminou Ministro da Guerra de D. Pedro II. Ainda existem o cipreste e casa de Gomes Jardim em Guaíba, centro de romaria cívica dos defensores da tradição, amantes do passado.

O capitão médico Magalhães Calvet, era oficial de ligação com a guarnição de Porto Alegre, cujos dois contingentes principais aderiram à revolução O 8º BC, no quartel onde está agora a Polícia Militar, e que deu à guarnição o nome, durante muito tempo, ao Beco do Oitavo de tão má fama quanto a Cabo Rocha. Atualmente uma é Av. André da Rocha, jurista brilhante e a outra, Freitas e Castro, professor de nomeada. Coitados, não mereciam este destino. Comandava o 8º, o então Manoel Ribeiro, paulista de Sorocaba, e que se bandeou para os monarquistas, e voltou para os farroupilhas, etc. Estrategista de capacidade inacreditável.

A outra guarnição era o 4º RC comandado por João Manoel de Lima e Silva, que teve papel saliente na revolução e veio morrer cedo. Era fluminense e tio do futuro Duque de Caxias. O que mostra que o movimento não se fazia, contra o Brasil, idéia absurda e inadmissível. A participação de irmãos de todas as províncias queria dizer que a revolução defendia princípios que tinha adeptos no país inteiro.

Bento Gonçalves com o estado maior, saiu de seu Quartel General, na Vila Jardim, no final da Av Protásio Alves, e partindo justamente, onde se encontra sua bela estátua, consagração no bronze da história, à frente das tropas fiéis, entrou triunfalmente, na manhã de 20 de setembro de 1835, em Porto Alegre, que festejou a mais extraordinária das revoluções do nosso amado Rio Grande.

DANTE DE LAYTANO

(Anexo 3: Zero Hora, 19 de setembro de 1964)

qualquer possibilidade e escapatoria, enquanto os gaúchos, só eles, seriam brasileiros por livre escolha.

Esse parecer de Anísio Teixeira me parece fundamentalmente errado. Revela incompreensão da história do Rio Grande do Sul, que foi colonizado por lusitanos do continente ou dos Açores, por paulistas, cariocas, baianos e gente vinda do norte. Jamais o Rio Grande do Sul oscilou entre Portugal e Espanha. A influência espanhola foi aqui muito menor do que em São Paulo, por exemplo, entre 1580 e 1640. Quando Portugal recobrou sua completa independência, o partido espanhol tentou proclamar um rei em São Paulo, na pessoa de Amador Bueno. Mas, na hora precisa, na hora aguda da grande decisão, ele optou por Portugal, ou seja, pela América Portuguesa, pelo Brasil, enfim. No Rio Grande do Sul nunca chegou a haver tal opção, porque ele sempre foi brasileiro, em que pesem manifestações isoladas em contrário, sem maior ressonância, realmente sem importância.

Se, em larga medida o Brasil foi criado pelos paulistas, foi sobretudo no Rio Grande do Sul que o Brasil se definiu. O Rio Grande foi durante muito tempo a única fronteira realmente viva do Brasil. A leste, o Oceano Atlântico; a oeste, menos que o oceano. Quase sempre o deserto, servindo de tampão entre nós e os povos vizinhos. Mas, no sul foi necessário enfrentar o castelhano, numa luta sem paralelo com qualquer outra luta externa em que já nos tenhamos empenhado. A guerra do Paraguai foi travada, sobretudo, como era natural, por soldados do Rio Grande. Aqui, portanto, a nacionalidade se definiu e redefiniu mais uma vez. Como se definiria mais tarde, já no século XX com nordestina obstinação, no Caso do Acre.

Os problemas nacionais, as opções certas ou erradas de nossa história, sempre repercutiram no Rio Grande do Sul de maneira agravada. Durante a Primeira República se dizia haver antagonismo entre a Constituição estadual e a federal. Em verdade, a contradição entre as duas constituições era mais aparente

Dizendo isso, temo ser interpretado como alguém que deseja agradar. Longe de mim tal intento. Procuro expor os fatos tal como os vejo. A brasilidade dos gaúchos nunca foi produto de uma opção, após alguma indecisão. Jamais será esquecida a resposta de David Canabarro repelindo a oferta que lhe fazia Rosas de auxiliar os Farrapos na luta contra o Império. Essa resposta mereceria estar gravada em todas as praças públicas do Brasil, muito mais que a famosa carta-testamento de Vargas, tão cheia de ódio. A resposta de Canabarro é uma afirmação de fé, de amor e de esperança no Brasil: "Senhor! O primeiro soldado de vossas tropas que atravessar a fronteira fornecerá o sangue com que será assinada a paz de Piratini com os imperiais. Acima do nosso amor à República colocamos os nossos brios de brasileiros".

Mais que um farroupilha ele foi, portanto, um brasileiro, um superbrasileiro. Em momentos precisos, nas horas decisivas, todos nós somos assim, com a exceção, é óbvio, de um ou outro Calabar. Quando uma esquadra inglesa quis auxiliar os Cabanos paraenses, eles recusaram, sem qualquer indecisão. Acabaram, afinal, sendo dominados e pacificados pelo mesmo admirável brigadeiro Soares de Andrea, que mais tarde enfrentaria os Farrapos, como presidente de Santa Catarina e depois do Rio Grande do Sul.

Imaturos e atrasados em muitos terrenos, os brasileiros sempre demonstraram de norte a sul, uma espantosa e muito alerta consciência nacional. Séculos antes de haverem a Alemanha e a Itália completado sua unificação, o Brasil, a despeito de seu analfabetismo, de todo o seu atraso cultural e social, já era uma nação. Com 6.000 anos de história, a Índia só recentemente recebeu carteira de identidade, que lhe foi dada pelos ingleses. Num pequenino país como a Bélgica, valões e flamengos se detestam. No Canadá, brigam anglo-canadenses e franco-canadenses. No Brasil, brigamos muito, uns com os outros, mas jamais brigamos ou brigaremos contra a unidade do Brasil. A lição dos Farrapos será eterna.